

Congresso



Governo não tem apoio para aprovar a reforma

O presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmou que o governo Lula ainda não tem base no Congresso para aprovar matérias que exigem votos para a alterar a Constituição, como é o caso da reforma tributária. O deputado também disse que nos próximos dias, após o Congresso instalar as comissões, haverá um teste da dinâmica. **PÁGINA 3**

Economia

Energia 'alugada' reduz conta de luz em 20%

O aumento da produção de energia solar está ampliando o acesso à energia mais limpa e mais barata para quem não quer ou não pode investir na instalação de placas fotovoltaicas. Por meio de assinatura, uma espécie de aluguel de créditos de energia, é possível conseguir desconto médio na conta de luz de 10% a 20%, dependendo do contrato. **PÁGINA 4**

Plataforma

BC vai iniciar os testes com real digital no País

O Banco Central revisou as diretrizes do Real Digital, a criptomoeda oficial brasileira, e iniciará o desenvolvimento de plataforma para testes com operações, o "Piloto RD", com alinhamento aos novos parâmetros. Nessa fase, o BC avaliará os benefícios da programabilidade oferecida. **PÁGINA 2**

Gênero

Guterres: desigualdade atrasa potencial científico

A 67ª Sessão da Comissão da ONU sobre o Estatuto da Mulher, CSW, começou na segunda-feira. A reunião segue até dia 17 de março. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, destacou que este ano, a sessão quer buscar formas de reduzir a lacuna da participação feminina em áreas de tecnologia e inovação. **PÁGINA 5**

Demissão do ministro poderia trazer prejuízos à governabilidade

Lula cede à pressão e dá sobrevida a Juscelino Filho

O presidente orientou Juscelino a se expor publicamente e explicar as denúncias de irregularidades envolvendo o uso de avião da FAB

José Cruz - Agência Brasil



Sob pressão de integrantes do União Brasil, partido de Juscelino Filho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu dar sobrevida ao político maranhense no Ministério das Comunicações. Juscelino Filho foi mantido no cargo, apesar da série de acusações de uso indevido de recursos públicos. O ministro segue sendo um incômodo para o governo. A Comissão de Ética Pública informou na segunda-feira, 6, que vai analisar a situação do ministro e pode abrir um processo. O colegiado pode indicar ao presidente da demissão de Juscelino. Os fiadores da indicação de Juscelino

se opuseram à troca e deixaram claro ao governo que a demissão do ministro poderia trazer prejuízos à governabilidade. Também disseram que o PT teve vários de seus quadros envolvidos em escândalos. Embora o apoio a Lula não seja integral na bancada do União Brasil, a cúpula partidária considera a legenda decisiva para aprovação de matérias de interesse do Palácio. "A conta é simples. Sem os votos do União o governo não teria nem aprovado a PEC da Transição, que é a que garante o fôlego necessário para iniciar o governo", diz um aliado do ministro que atuou nos bastidores para manter o ministro. **PÁGINA 7**

SENADO

Sócio de haras de Juscelino Filho é funcionário fantasma

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, emplacou o sócio de haras onde cria seus cavalos como funcionário fantasma na liderança do PDT no Senado. No local onde deveria trabalhar, ninguém conhece Gustavo Gaspar, embora ele tenha salário de R\$ 17,2 mil. **PÁGINA 7**

DESENHO FECHADO

Haddad admite que ainda não apresentou proposta de arcabouço fiscal ao presidente

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na segunda-feira, 6, que ainda não apresentou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a proposta do novo arcabouço fiscal. Segundo ele, o texto já foi definido pela Fazenda, será apresentado aos outros ministérios que compõem a equipe econômica e depois será submetido ao chefe do Executivo. "Eu primeiro fechei na Fazenda. Fechamos o desenho do arcabouço fiscal internamente". **PÁGINA 2**

Joédson Alves - Agência Brasil



QUALIDADE BAIXA

Brasil deixa de ganhar dois pontos no PIB com educação ruim

PÁGINA 8

INSATISFAÇÃO

Quase sete milhões de pessoas pedem demissão

PÁGINA 8

IBOVESPA 104.700,32 ↑ 0,80%

Maiores Altas

| | PREÇO - R\$ | % | OSCIL. |
|------------------|-------------|---------|---------|
| AZUL PN N2 | 9,99 | +46,27% | +3,16 |
| GOL PN N2 | 6,35 | +24,75% | +1,26 |
| CVC BRASIL ON NM | 3,34 | +19,29% | +19,29% |
| VIA ON NM | 1,92 | +4,35% | +0,08 |
| BRF SA ON NM | 7,19 | +6,36% | +0,43 |

Maiores Baixas

| | PREÇO - R\$ | % | OSCIL. |
|------------------|-------------|--------|--------|
| SID NACIONALON | 17,54 | -2,01% | -0,36 |
| VALE ON NM | 86,15 | -3,53% | -3,15 |
| GERDAU PN N1 | 28,48 | -4,33% | -1,29 |
| GERDAU MET PN N1 | 12,64 | -2,77% | -0,36 |
| BRADSPAR PN N1 | 28,52 | -1,08% | -0,31 |

Mais Negociadas

| | PREÇO - R\$ | % | OSCIL. |
|---------------------|-------------|---------|--------|
| VALE ON NM | 86,15 | -3,53% | -3,15 |
| PETROBRAS PN N2 | 25,96 | +1,01% | +0,26 |
| ITAUNIBANCOPN EJ N1 | 24,76 | +2,27% | +0,55 |
| AZUL PN N2 | 9,99 | +46,27% | +3,16 |
| HAPVIDA ON NM | 2,72 | -6,53% | -0,19 |

BOLSAS NO MUNDO

| | FECHAMENTO | % |
|-----------|------------|---------|
| DOW JONES | 33.431,44 | +0,12% |
| S&P 500 | 4.048,42 | +0,069% |
| NASDAQ | 11.675,74 | -0,11% |
| DAX 30 | 15.653,58 | +0,48% |
| FTSE 100 | 7.929,79 | -0,22% |
| IBEX 35 | 9.511,00 | +0,49% |

DÓLAR COMERCIAL

| COMPRA | VENDA | |
|--------|-------|----------|
| 5,169 | 5,170 | ↓ -0,58% |

PESO

| COMPRA | VENDA | |
|--------|-------|----------|
| 0,025 | 0,026 | ↓ -1,63% |

EURO

| COMPRA | VENDA | |
|--------|-------|----------|
| 5,519 | 5,519 | ↓ -0,27% |

LIBRA

| COMPRA | VENDA | |
|--------|-------|----------|
| 6,211 | 6,213 | ↓ -0,80% |

OURO

| BM&FBOVESPA/GRAMA | COMEX NY/ONÇA |
|-------------------|----------------|
| 303,00 | USD\$ 1.846,62 |

TETO DE GASTOS

Haddad diz que ainda não apresentou proposta de arcabouço fiscal para Lula

A entrega do marco já havia sido antecipada de abril para março para permitir que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 seja enviado ao Congresso considerando a nova regra

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na segunda-feira, 6, que ainda não apresentou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a proposta do novo arcabouço fiscal. Segundo ele, o texto já foi definido pela Fazenda, será apresentado aos outros ministérios que compõem a equipe econômica e depois será submetido ao chefe do Executivo.

"Eu primeiro fechei na Fazenda, conforme disse na semana passada. Fechamos o desenho do arcabouço fiscal internamente e agora vou tratar disso com área econômica antes de apresentar ao presidente. Aliás, será uma proposta da sociedade porque vai envolver uma lei complementar a ser aprovada pelo Congresso Nacional. Neste momento estamos com o nosso desenho fechado, vamos apresentar a área econômica, levar ao presidente Lula e encaminhar ao Congresso", disse Haddad.

Nos últimos dias, o ministro já havia antecipado que o trabalho na Fazenda sobre o novo marco fiscal seria finalizado na semana passada e que as conclusões seriam levadas ao presidente. Em entrevista ao UOL, o ministro também disse que a ideia é apresentar o arcabouço antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) deste mês, que ocorre nos dias 21 e 22.

A entrega do marco já havia sido antecipada de abril para março para permitir que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 seja



Haddad: "fechamos o desenho do arcabouço fiscal internamente e agora vou tratar disso com área econômica antes de apresentar ao presidente"

enviado ao Congresso considerando a nova regra, que vai substituir o teto de gastos. A ideia de Haddad é que o novo arcabouço fiscal tramite em paralelo ao PLDO.

Na entrevista ao UOL, Haddad defendeu a adoção de um arcabouço simples, objetivo e menos detalhado. "Tem duas perspectivas. Uma visão que a regra tem que ser mais detalhada e uma perspectiva com a qual tenho mais simpatia, mas

posso ser voto vencido, que ela tem que ser simples, objetiva e demonstrar a trajetória clara para as finanças públicas nos próximos anos", avaliou.

O ministro afirmou ainda que apresentou o "desenho" do programa Desenrola ao presidente. Segundo ele, Lula autorizou que a Fazenda contrate o desenvolvimento de um sistema e somente após essa entrega é que o programa será lançado.

Por meio do Desenrola, os credores oferecerão descontos para pessoas com o CPF negativo quitarem as dívidas. Pessoas com renda de até dois salários mínimos receberão uma garantia de um fundo garantidor que terá R\$ 10 bilhões, segundo Haddad.

O ministro estimou que o programa deve abarcar dívidas de R\$ 50 bilhões de 37 milhões de brasileiros com o CPF negativo. "O modelo do Desen-

rola foi validado, o desenvolvimento do sistema será contratado e vamos lançar o programa quando o sistema estiver pronto. O secretário Marcos Barbosa Pinto ficou encarregado de tocar o programa. Ele que será o gerente do programa. E ele saiu até antecipadamente da reunião para tratar disso e para dar uma previsão de quando o sistema ficará pronto", disse o ministro da Fazenda.

Segundo Haddad, Lula decidiu que não lançará o programa sem uma previsão de quando o sistema ficará pronto. De acordo com o ministro, pessoas com renda superior a dois salários mínimos também poderão buscar a renegociação de dívidas por meio do Desenrola, mas sem a garantia das operações pelo fundo garantidor.

O ministro afirmou ainda que tem levado ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nomes que estão sendo sugeridos para ocupar as diretorias do Banco Central. Ele disse que ainda não tem prazo definido para anunciar os escolhidos já que as comissões do Senado encarregadas de sabatinar indicados não foram instaladas.

"(Lula) vai dedicar o mês de março para conhecer essas pessoas", disse Haddad aos jornalistas após ter se reunido com o presidente.

Haddad também afirmou que tem mantido conversas com o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, sobre nomes para a diretoria.

Há, no momento, dois mandatos que expiraram em 28 de fevereiro: o de diretor de Fiscalização, Paulo Souza, e o de Política Monetária, Bruno Serra.

Souza tem disposição de renovar o mandato, mas Serra já indicou que vai deixar o órgão.

As sondagens da equipe econômica a potenciais substitutos de diretores do Banco Central têm sido feitas com vistas ao longo prazo. O escolhido assumiria num primeiro momento uma determinada diretoria com a promessa de que seria o substituto de Campos Neto, cujo mandato vai até o fim de 2024.

TOKENIZAÇÃO

BC vai iniciar o desenvolvimento de plataforma para testes com real digital

O Banco Central informou na segunda-feira, 6, que revisou as diretrizes do Real Digital, a criptomoeda oficial (CBDC, na sigla em inglês) brasileira, e que iniciará o desenvolvimento de plataforma para testes com operações, o "Piloto RD", com alinhamento aos novos parâmetros. Nessa fase de teste, o BC avaliará os benefícios da programabilidade oferecida por uma plataforma de tecnologia de registro distribuído (Distributed Ledger Technology - DLT) multiativo para operações com ativos tokenizados.

Para isso, levará em conta os "contornos legais de sigilo", a proteção de dados e a prevenção à lavagem de dinheiro. O BC enfatizou que o teste será rea-

lizado em ambiente simulado, não envolvendo transações ou valores reais.

O acesso direto a contas e passivo digital do BC continuará restrito a instituições autorizadas, conforme a autoridade monetária. O piloto prevê a participação de usuários finais por meio de depósitos tokenizados, que são representações digitais de depósitos mantidos por instituições financeiras (IFs) ou instituições de pagamento (IPs). O piloto contará ainda com a participação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e contemplará a emissão de Títulos Públicos Federais e a liquidação de transações envolvendo esses títulos com Entrega contra Pagamento (Delivery ver-

sus Payment - DvP) no nível do cliente final.

Uma das diretrizes do Real Digital, de acordo com o BC, é que os ativos tokenizados seguirão seus respectivos regimes normativos para não gerar assimetria entre as formas desses ativos atual e tokenizada. Outra diretriz apontada pela instituição é a ênfase na concepção de um DLT que possibilite o registro de ativos de diversas naturezas e a incorporação de tecnologias com contratos inteligentes e dinheiro programável. "Por fim, vale ressaltar a busca pela total aderência a normatização relativa a sigilo, proteção de dados e prevenção à lavagem de dinheiro", trouxe a nota do BC.

Durante a condução do Piloto RD, será criado um fórum para troca de informações e orientação das expectativas em relação ao desenvolvimento dessa plataforma e dos testes propostos. Esse canal de comunicação do corpo técnico do BC com as entidades representativas dos setores permitirá a discussão do estabelecimento de estratégias negociais e de desenvolvimento que sejam mais adequadas às necessidades da sociedade brasileira.

Além das associações representativas das instituições autorizadas a funcionar pelo BC, a expectativa da autoridade monetária é estender o convite de participação do fórum à Comissão de Valores Mobili-

ários (CVM), para que coordene as discussões sobre a tokenização de ativos.

Os requisitos básicos para os testes do Piloto RD são: o DLT Multiativo - Utilização de plataforma com base na DTL, na qual poderão ser registrados ativos pré-determinados de naturezas distintas (multiativo), bem como transações entre eles Ou seja, a infraestrutura do Piloto RD funcionará como uma "DLT Multiativo"; Ativos: depósitos das contas Reservas Bancárias, de Contas de Liquidação e da Conta Única do Tesouro Nacional; depósitos bancários à vista; contas de pagamento de instituições de pagamento; e Títulos Públicos Federais. Serão mantidos

os critérios de acesso às contas Reservas Bancárias ou de Liquidação, conforme disciplina legal e regulatória vigente; Transações: emissão, resgate e transferência dos ativos supracitados, bem como os fluxos financeiros decorrentes de eventos de negociação. As transações contemplarão a liquidação condicionada e simultânea entre os ativos registrados, a fim de garantir a Entrega contra Pagamento (DvP), até o nível do cliente final (liquidação atômica). Os registros dos ativos e as transações deverão possibilitar fragmentação, respeitando o sistema de apreçamento centesimal, a fim de maximizar um dos benefícios potenciais da tecnologia DLT e funcionalidades essenciais: camadas de registro dos ativos, de liquidação de suas transferências e de protocolos, bem como os contratos inteligentes necessários para a execução das transações propostas no Piloto RD. Adicionalmente, não será permitido saldo a descoberto em nenhuma transação com os ativos registrados.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

TESTE DE DINÂMICA

Lira: governo ainda não tem base no Congresso para aprovar a reforma

O presidente da Câmara afirmou que a reforma não terá “preconceito” em revisitar todos os temas e ouvir os atores envolvidos na mudança de todo o modelo de tributação no Brasil

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na segunda-feira, 6, que o governo Lula ainda não tem base no Congresso para aprovar matérias que exigem votos para a alterar a Constituição, como é o caso da reforma tributária. O deputado também disse que nos próximos dias, após o Congresso instalar as comissões, haverá um “teste” da dinâmica entre um governo de centro-esquerda e um Legislativo mais reformista e liberal.

“Nós temos uma vontade conjunta do governo eleito, através do seu ministro da Economia, através de quem faz a parte econômica do governo em dialogar com o Congresso para tentarmos votar a reforma tão falada, tão difícil, tão angustiante e que vai causar tantas discussões, que é a reforma tributária”, declarou Lira, durante reunião do Conselho Político e Social (COPS) da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

A uma plateia de empresários, o presidente da Câmara disse que haverá um esforço “incansável” para aprovar a reforma tributária “possível”. Afirmou ainda que a reforma não terá “preconceito” em revisitar todos os temas e ouvir os atores envolvidos na mudança do modelo de tributação no País.

“Nós teremos um tempo, também, para que o governo se estabilize internamente, porque hoje o governo ainda não tem uma base consistente, nem na Câmara, nem no Senado para matérias de maioria simples, quanto mais matérias de quórum constitucional”, disse Lira.

O presidente da Câmara defendeu a criação do grupo de trabalho para analisar a reforma tributária, o que é criticado por parlamentares que defendem a análise em comissão especial. O GT criado por Lira é composto por 12 deputados, que representam os principais partidos da Câmara. As reuniões começaram na semana passada.

A interlocutores, Lira tem dito que a reforma poderia ser aprovada no plenário já em maio, quando o GT deve apresentar seu parecer final, que será uma fusão entre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, da Câmara, e a PEC 110/19, do Senado, que simplificam o sistema tributário



Pablo Valadares - Câmara dos Deputados

Lira: “nós teremos um tempo para que o governo se estabilize, porque hoje ainda não tem uma base consistente”

ao criar um imposto único para substituir uma série de tributos sobre o consumo.

Na reunião da ACSP, o deputado ressaltou que a população escolheu nas urnas um governo de centro-esquerda, mas, em contraposição, elegeu um Congresso mais liberal e reformista. “Nós vamos testar isso nesses próximos dias. Estamos numa fase ainda de acomodação, de confecção de acordos para as comissões, que deveremos estar resolvendo nesta semana”, declarou.

O presidente da Câmara já afirmou também que só colocará em votação a regra fiscal que deve substituir o teto de gastos quando o governo conseguir apoio equivalente ao necessário para se aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que exige 308 votos

na Câmara e 49 no Senado, para haja mais consenso, apesar de o novo arcabouço estar sendo formulado em um projeto de lei complementar, que exige menos votos.

Arthur Lira voltou a defender na segunda-feira a autonomia do Banco Central, após uma série de críticas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do PT nas últimas semanas à autoridade monetária.

Em referência velada à postura do petista e de seus correligionários, o deputado também afirmou que “falas que não agregam” só prejudicam o ambiente da taxa de juros no País.

“Nós não teremos retrocesso nos avanços de legislação que nós tivemos nos últimos anos no ambiente de negócios, no crescimento do empreendedorismo”, disse Lira. “Nós

deveremos discutir a preservação de um Banco Central independente, não tenham dúvidas disso. Esse ambiente de debates, de falas que não agregam só piora o ambiente da taxa de juros”, emendou.

A uma plateia de empresários, o presidente da Câmara também disse que o Congresso deve discutir avanços na reforma trabalhista, e não retrocessos.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, tem defendido a revisão de pontos da reforma aprovada em 2017, durante o governo Michel Temer.

Lira defendeu ainda que seja aprovada a reforma administrativa, que, segundo ele, já está pronta para ser votada no plenário da Casa.

O presidente da Câmara voltou a defender que a regra fiscal para substituir o teto de gas-

ESFORÇO

Alckmin: reforma tem que ser feita neste ano

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, defendeu na segunda-feira (6) que seja feita uma reforma tributária ainda este ano. “Tem que ser rápido. Aproveitar o primeiro ano de governo”, enfatizou sobre o esforço para aprovação de uma proposta que simplifique a cobrança de impostos e tributos no país. Alckmin, que também acumula a função de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, participou da abertura de um seminário promovido pela Federação Nacional dos Engenheiros na capital paulista.

Para Alckmin, os tributos que incidem sobre mercadorias e serviços, que são federais, estaduais e municipais, deveriam ser unificados em um único imposto, no mesmo modelo usado em outros países. “O mundo inteiro tem o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Nós temos PIS, Confins, ICMS, ISS. O mundo inteiro tem um tributo sobre mercadorias e serviços”, disse ao discursar.

O vice-presidente considera a mudança fundamental para melhorar a competitividade das indústrias brasileiras, que, na opinião dele, sofrem com a alta complexidade do sistema tributário brasileiro. “Nós estamos tendo uma desindustrialização precoce. Nós não somos um país rico, somos um país em desenvolvimento. Nós precisamos de uma agenda de competitividade”, ressaltou.

Como ministro, Alckmin disse que pretende reduzir o tempo necessário para conseguir a aprovação de uma patente no Brasil. “Nós vamos abreviar o prazo de marcas e patentes. Porque se eu levo dez anos para registrar uma patente, eu vou investir lá fora, não vou investir no Brasil. Porque quando eu registrar a patente já está superada”, disse sobre o serviço que é prestado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento.

Alckmin anunciou ainda que em breve será lançado um programa de incentivo às exportações em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).S

tos deve ser “prudente”, “responsável” e “equilibrada”. De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governo deve finalizar logo a proposta de novo arcabouço fiscal para que o texto comece a tramitar no Congresso.

Durante reunião do Conselho Político e Social (COPS) da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Lira lembrou que durante as negociações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da transição, no fim do ano passado, foi feito um acordo para que a âncora fiscal vá para votação no plenário somente quando o governo reunir apoio equivalente ao necessário para se aprovar uma mudança constitucional (308 votos na Câmara e 49 no Senado).

Na PEC da transição, que permitiu o cumprimento de promessas de campanha do agora pre-

sidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao abrir espaço no Orçamento e no teto de gastos, havia a previsão de que a nova regra fiscal fosse enviada ao Congresso por meio de projeto de lei complementar, que exige menos votos que uma PEC.

Segundo Lira, contudo, houve acordo com o ministro Fernando Haddad para que o texto seja “médio”, com o objetivo de reunir apoio maior. “Quando eu digo médio, é prudente, responsável, equilibrado”, disse.

Em 15 de fevereiro, durante evento do BTG Pactual, Lira havia dito que um texto “radical” sobre o novo arcabouço fiscal não teria sucesso no plenário do Congresso. Na ocasião, o deputado disse que a âncora para substituir o teto de gastos deveria ser “razoável”, “equilibrada” e “moderada”.

DÉFICIT MELHOR

Mercado prevê manutenção da inflação em 4,02%

A projeção para o IPCA - índice oficial de inflação - deste ano seguiu em 5,90% após 11 altas consecutivas. Um mês antes, a mediana era de 5,78%. Para 2024, horizonte cada vez mais relevante para a estratégia de convergência à inflação do BC, a projeção continuou em 4,02% pela segunda semana seguida, de 3,93% há quatro semanas.

Considerando somente as 57 estimativas atualizadas nos últimos 5 dias úteis, a mediana para 2023 cedeu de 5,93% para 5,91%. Para 2024, variou de 4,05% para 4,01%, considerando 53 atualizações no período.

Atualmente, o foco da política monetária está nos anos de 2023 e, com maior peso, de 2024. A mediana na Focus para a inflação oficial em 2023 está bem acima do teto da meta (4,75%), apontando para três

anos de descumprimento do mandato principal do Banco Central, após 2021 e 2022. Para 2024, a mediana está acima do centro da meta (3,00%), mas ainda dentro do intervalo que vai de 1,50% a 4,50%. A mediana para o IPCA de 2025 também continuou em 3,80%, de 3,50% há um mês.

Já a estimativa para o IPCA de 2026 avançou de 3,75% para 3,77%, contra 3,50% um mês antes. A meta para 2025 é de 3,00% (margem de 1,50% a 4,50%). Ainda não há objetivo definido para 2026.

No Comitê de Política Monetária (Copom) de fevereiro, o BC atualizou suas projeções para a inflação no cenário de referência com estimativas de 5,6% em 2023 e 3,4% para 2024. O colegiado ainda inseriu um cenário alternativo, em que a Selic fica estável por todo o horizonte relevante. Nesse cená-

rio, as projeções são de 5,5% para 2023 e 2,8% para 2024. O Copom manteve a Selic em 13,75% ao ano pela quarta vez seguida.

O cenário da moeda norte-americana em 2023 e 2024 ficou estável nesta semana. A estimativa para o câmbio neste ano continuou em R\$ 5,25, mesmo valor esperado há um mês. Para 2024, a mediana permaneceu em R\$ 5,30, repetindo a mediana de quatro semanas atrás. A projeção anual de câmbio publicada no Focus é calculada com base na média para a taxa no mês de dezembro, e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano, como era até 2020. Com isso, o BC espera trazer maior precisão para as projeções cambiais do mercado financeiro.

Para 2024, o Relatório Focus mostrou estabilidade na pers-

pectiva de crescimento do PIB em 1,50%, mesma projeção há dez semanas. Em relação a 2025, a mediana seguiu em 1,80%, contra 1,89% de quatro semanas antes. O Focus ainda trouxe a estimativa para 2026, que está em 2,00% há 51 semanas.

A projeção para o déficit primário em 2023 melhorou no Boletim Focus, de 1,03% para 1,00% do PIB, contra 1,10% quatro semanas antes. Para o déficit nominal este ano, a mediana continuou em 7,85% na última semana, de 8,10% do PIB há um mês.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após as despesas com juros.

Em relação ao indicador que mede a relação entre a

dívida líquida do setor público e o PIB para 2023, a estimativa caiu de 61,23% para 61,00% do PIB, de 61,45% há um mês.

Para 2024, a projeção para o rombo primário cedeu de 0,80% para 0,75% do PIB, enquanto o déficit nominal previsto variou de 7,20% para 7,35% do PIB. Há um mês, os percentuais eram de 1,00% e 7,05% do PIB, nessa ordem.

No caso da dívida, a estimativa foi mantida em 64,00% do PIB, de 64,38% quatro semanas antes.

Os economistas do mercado financeiro reduziram a expectativa para o superávit da balança comercial em 2023 no Boletim Focus. A projeção cedeu de US\$ 57,35 bilhões para US\$ 57,00 bilhões, contra US\$ 57,60 bilhões há um mês. Para 2024, a mediana subiu de US\$ 54,50 bilhões para US\$ 55,00 bilhões, de US\$ 53,90

bilhões há quatro semanas.

Em relação à estimativa de déficit em conta corrente do balanço de pagamentos para 2023, a mediana deficitária continuou em US\$ 50,00 bilhões, de US\$ 47,00 bilhões um mês atrás. Para o ano que vem, a estimativa deficitária passou de US\$ 50,25 bilhões para US\$ 51,50 bilhões, de US\$ 50,00 bilhões há quatro semanas.

Para os analistas consultados semanalmente pelo BC, o ingresso de Investimento Direto no País (IDP) será mais do que suficiente para cobrir o rombo em transações correntes neste e no próximo ano. A mediana das previsões para o IDP em 2023 permaneceu em US\$ 80,00 bilhões, mesmo valor esperado há quatro semanas. Para 2024, a estimativa também foi mantida em US\$ 80,00 bilhões, repetindo a mediana de um mês antes.

COMPARTILHAMENTO

INVESTIMENTO

Energia 'alugada' pode reduzir a conta de luz em até 20%

A modalidade de assinatura é feita por meio de cooperativas criadas por empresas que fazem a intermediação entre a usina e o consumidor

O aumento da produção de energia solar, que já é a segunda maior fonte do País, atrás da hidrelétrica, está ampliando o acesso à energia mais limpa e mais barata para quem não quer ou não pode investir na instalação de placas fotovoltaicas no telhado ou em área própria para isso.

Por meio de assinatura, uma espécie de aluguel de créditos de energia, é possível conseguir desconto médio na conta de luz de 10% a 20%, dependendo do contrato.

A modalidade de assinatura ou compartilhamento de energia é feita por meio de cooperativas criadas por empresas que fazem a intermediação entre a usina produtora e o consumidor de baixa tensão, como residências e pequenos comércios e indústrias. É como se o consumidor alugasse uma fração da energia gerada pela usina, mas recebe sua cota em crédito que será abatido da conta enviada pela concessionária.

"Essa energia é vendida tipicamente para consumidores que não podem ir para o mercado livre de energia e ficam presos na tarifa da distribuidora", afirma Rodrigo Gelli, diretor técnica da PSR, consultoria internacional na área de tecnologia e serviços nos setores de energia elétrica e gás natural.

Segundo Gelli, como as tarifas de energia estão caras, essa alternativa é atraente para o consumidor. Para ele, todos os envolvidos, usinas, empresas de intermediação e consumidores têm ganho econômico no processo. "Só perde quem não tem (a assinatura)." É um modelo simples de aderir, parecido ao sistema de acesso aos canais de streamings.

Embora ainda represente minúscula fatia dos 18 gigawatts (GW) de potência instalada em geração distribuída com fonte solar, a tendência é de rápido crescimento da energia por assis-



Energia solar: o número de unidades consumidoras que aderiram à modalidade cresceu 3,5 vezes, para 11.619

natura. De 2020 até o mês passado, a potência instalada de energia contratada por assinatura mais que dobrou, passando de 39,2 MW para 95,5 MW, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

O número de unidades consumidoras que aderiram à modalidade cresceu 3,5 vezes, para 11.619. Atraídas pela oportunidade de negócios, a quantidade de fazendas para atender a demanda de assinaturas cresceu ainda mais, de 861 em 2020 para 3.889 em fevereiro.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) criou o modelo compartilhado em 2015 e, desde então, já era possível adquirir créditos. Mas só em janeiro passado entrou em vigor a Lei 14.300, que trouxe segurança jurídica ao investidor.

O engenheiro Arlindo de Góes Moreira pagava entre R\$

380 e R\$ 400 ao mês na fatura da energia elétrica do apartamento onde vive com a esposa em Praia Grande, na Baixada Santista. Em período de bandeira vermelha, quando o preço sobe por causa da escassez de chuva, a conta chegava a R\$ 500.

Moreira se incomodava por não ter um local para instalar painel solar até conhecer a possibilidade de acesso à energia solar por assinatura há um ano. Desde então, fez contrato com a empresa Sun Mobi - pioneira nessa modalidade - e recebe créditos equivalentes a 300 quilowatts hora (kWh).

Na última conta, pagou R\$ 333 em energia, sendo R\$ 198 pela assinatura e R\$ 135 para a CPFL, concessionária local. Há meses em que a fatura é de R\$ 90. Só fica mais cara quando a filha, o genro e a neta passam alguns dias na residência.

Moreira recebeu da empresa

um sensor que é acoplado ao relógio de luz para acompanhar online os gastos diários. Por exemplo, sabe exatamente quanto custou o banho de chuveiro e pode encurtar o tempo da próxima vez.

"Outra vantagem é não ser mais afetado quando a bandeira tarifária é acionada pelo governo, que era um custo alto", afirma Moreira, que é professor universitário e reforça aos alunos a importância da geração sustentável. Em breve, o preço em que reside receberá placas solares para gerar a energia dos elevadores e das luzes do condomínio.

As fazendas que geram a energia são intermediadas por empresas que criam cooperativas ou consórcios e oferecem créditos ao consumidor por meio de plataformas digitais. Algumas têm suas próprias fazendas, como a Sun Mobi.

Com início de operações em 2017, a empresa tem duas usinas de geração fotovoltaica de 5,4 MW. Instaladas em Porto Feliz e Araçoiaba da Serra, elas atendem 300 unidades consumidoras de 27 cidades do interior de São Paulo e da Baixada Santista. Uma terceira usina entrará em operação em setembro em Taubaté com capacidade similar e vai atender consumidores de 28 cidades do interior paulista.

O projeto recebeu R\$ 23 milhões em investimento. "A geração compartilhada acelerou e tem democratizado o acesso à uma energia limpa e mais barata, sem a necessidade de investimentos em painéis fotovoltaicos", diz Alexandre Bueno, sócio-diretor da Sun Mobi.

Segundo ele, cerca de 75% das edificações do Brasil não têm condições de instalar placas solares, seja por insuficiência de áreas, telhados pequenos, falta de irradiação e custos elevados. Os cooperados da Sun Mobi pagam uma mensalidade para usufruir do serviço de acordo com o consumo. "Há uma vantagem econômica média de 10% na fatura da energia comum", diz Bueno.

O mecanismo é de compensação: a fazenda solar gera energia que é fornecida aos usuários pela distribuidora sem identificação da fonte. O assinante recebe créditos contratados dessa geração limpa.

A Genyx, de Minas Gerais, opera há 11 anos na distribuição de equipamentos fotovoltaicos. Em 2020, criou a divisão WeGen, em parceria com a startup Smartben, para oferecer assinaturas. Já tem 2,7 mil clientes e previsão de conquistar mais 10 mil em seis meses.

"Somos o 'Uber' da energia; juntamos pequenos produtores que geram créditos excedentes com consumidores que não têm condições ou espaço para instalar um sistema fotovoltaico e oferecemos energia a preços acessíveis", afirma Lucas Freitas, CEO da Genyx.

Tesla reduz preços de dois de seus modelos

A Tesla baixou os preços de dois de seus modelos mais caros nos Estados Unidos, o Model S e o Model X, em sua segunda rodada de cortes de preços este ano, enquanto a empresa tenta aumentar a demanda em um mercado competitivo.

O Modelo S foi de US\$ 94.990 para US\$ 89.990, o que representa um corte de cerca de 5%, de acordo com o site da empresa.

Além disso, o preço base de seu Modelo X foi de US\$ 109.990 para US\$ 99.990, uma redução de aproximadamente 9%.

Esta é a segunda vez este ano que a Tesla reduz os preços dos seus modelos mais populares. Em janeiro, a empresa cortou o preço de seu Modelo Y básico em 20% e seu sedã Modelo 3 de alto desempenho em 14%.

Os cortes provavelmente foram feitos para permitir que alguns compradores se qualificassem para um crédito fiscal federal de US\$ 7.500.

O valor da empresa oscilou nos últimos meses devido a preocupações dos investidores sobre a capacidade da Tesla de continuar crescendo, bem como sobre questões relacionadas aos outros empreendimentos do presidente-executivo Elon Musk.

A empresa investiu US\$ 3,5 bilhões em Nevada na primeira Gigafactory, para construir uma instalação capaz de produzir 35 GWh de células de bateria anualmente, o suficiente para fabricar cerca de 500.000 veículos por ano.

Esse nível de fabricação de baterias não tinha precedentes para uma única instalação na época, com a produção esperada sendo maior do que toda a produção global de baterias em 2013.

Juntamente com outros fornecedores locais, planejamos contratar 6.500 membros da equipe em tempo integral nos próximos 10 anos para construir e aumentar a Gigafactory Nevada.

Desde 2014, investimos US\$ 6,2 bilhões em Nevada e construímos uma Gigafactory de 5,4 milhões de pés quadrados — uma pedra angular de nossa missão de acelerar a transição mundial para a energia sustentável. A construção sozinha forneceu 17.000 empregos.

INVESTIMENTOS

ACOMPANHANDO A RENDA DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA (II)

por
Victor Nunes



Consultor em
Finanças, Mestre em
Administração de
Empresas e Professor
universitário

NOS SEIS ÚLTIMOS ARTIGOS publicados, foi comentado que o rendimento contratado para um título de renda fixa depende de condições que variam de papel para papel, de prazo para prazo e de emissor para emissor, dentre outras variáveis, que também podem impactar as taxas de juros do mercado, sendo que, usualmente, os investimentos em renda fixa ofertam remunerações baseadas em alguns indicadores de referência, caracterizando as operações de renda fixa pós-fixadas, com destaque para: (1) a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia); (2) a taxa do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro); e (3) a variação do IPCA, que é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; assim como, em complemento, os investimentos em renda fixa podem ofertar remunerações prefixadas, tais como, por exemplo, remuneração de 10% ao ano, 12% ao ano ou 14% ao ano. De fato, existe uma ampla variedade de alternativas de investimento em renda fixa, tanto com relação às formas de remuneração, quanto com relação aos títulos disponíveis no mercado, sendo que o segmento pode ser considerado a mais relevante categoria de investimento, uma vez que reúne diversos produtos diferentes, com destaque para os seguintes principais tipos de investimento em renda fixa, anteriormente citados em dois artigos recen-

tes: (1) Títulos Públicos; (2) Caderneta de Poupança; (3) CDBs (Certificados de Depósitos Bancários); (4) debêntures; (5) LCIs (Letras de Crédito Imobiliário); (6) LCAs - Letras de Crédito do Agronegócio; (7) LIGs (Letras Imobiliária Garantida); (8) CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários); e (9) CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio).

CONFORME TEXTO DA SEMANA passada, uma vez que se tenha realizado um investimento em renda fixa, será recomendável, assim como de fato deve ser observado para qualquer tipo de investimento, que o investidor acompanhe periodicamente o desempenho das aplicações. Atualmente, é possível, com facilidade, acessar o valor atualizado dos investimentos diariamente, através de sites ou de aplicativos, mas antes destas opções, as instituições financeiras encaminhavam para os clientes extratos mensais. Portanto, uma estratégia comum, poderia ser acompanhar os rendimentos produzidos por cada investimento mediante verificação dos extratos que são regularmente disponibilizados pelas instituições financeiras custodiantes, mensalmente, podendo ser adotada esta periodicidade para a execução de uma análise pormenorizada da carteira de investimentos como um todo. Importante notar que o retorno dos ativos de renda fixa pode ser mensu-

rado por dois critérios distintos: (1) pela remuneração contratada, por exemplo, variação do IPCA mais 4% ao ano, ou seja, em outras palavras, neste caso ocorrerá, diariamente, uma valorização do título tendo como base a variação efetivamente combinada no momento no qual o investidor adquiriu o respectivo ativo; e (2) pela marcação a mercado ("MaM"), ou seja, neste caso ocorrerá, diariamente, uma valorização do título tendo como base o efetivo valor do ativo segundo o preço de venda no mercado, o que significa dizer que nesta hipótese o preço do ativo em determinada data não será identificado pela curva de juros que foi contratada pelo investidor no momento da aquisição do título, mas pela valorização com base nas negociações de momento no mercado financeiro.

SUPONHA QUE UM INVESTIDOR adquiriu um título de renda fixa "A" que pagará R\$ 1.000,00 daqui a dois anos, mediante promessa de remuneração por uma taxa de juros pré-fixada de 12,00% ao ano. Neste caso, a compra do título terá ocorrido pelo valor de R\$ 892,86 [1.000,00 / (12,00/100+1) elevado a 2]. Suponha agora que o mesmo investidor adquiriu adicionalmente um título de renda fixa "B" que pagará R\$ 1.000,00 daqui a três anos, mediante promessa de remuneração por uma taxa de juros pré-fixada de 12,30% ao ano. Neste caso, a compra do

título terá ocorrido pelo valor de R\$ 840,29 [1.000,00 / (12,30/100+1) elevado a 3]. Após o período de seis meses, o valor do título "A", pelo critério da remuneração contratada (em outras palavras, pela "curva de juros do papel"), será de R\$ 918,52 [892,86 multiplicado por (12,00/100+1) elevado a (6/12)] e o valor do título "B" será de R\$ 865,02 [840,29 multiplicado por (12,30/100+1) elevado a (6/12)]. Após o período de 24 meses, o valor do título "A", que estaria na data de vencimento, pelo critério da remuneração contratada, será de R\$ 1.000,00 [892,86 multiplicado por (12,00/100+1) elevado a (24/12) - ou elevado a 2] e o valor do título "B" será de R\$ 943,65 [840,29 multiplicado por (12,30/100+1) elevado a (24/12)]. Após o período de 36 meses, o valor do título "B", que estaria na data de vencimento, pelo critério da remuneração contratada, será de R\$ 1.000,00 [840,29 multiplicado por (12,30/100+1) elevado a (36/12) - ou elevado a 3]. Perceba que, mantendo os títulos "A" e "B" em carteira, até as respectivas datas de vencimento, o investidor auferirá remunerações correspondentes às efetivamente contratadas, de 12,00% ao ano (para o título "A") e de 12,30% ao ano (para o título "B").

Na próxima semana, exemplos de variações nos valores dos títulos com base na "MaM" e as apurações de possíveis ganhos (ágios) e perdas (deságios).

EMPODERAMENTO FEMININO

Guterres destaca que desigualdade de gênero atrasa potencial científico

O chefe da ONU ressaltou que sem a participação e a criatividade de metade do mundo, a ciência e a tecnologia realizarão apenas 50% de seu potencial

A 67ª Sessão da Comissão da ONU sobre o Estatuto da Mulher, CSW, começou na segunda-feira. Um dos principais eventos anuais da Assembleia Geral da ONU, a reunião segue até dia 17 de março e debate progresso relacionado à igualdade de gênero e ao empoderamento feminino.

Na abertura, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, destacou que este ano, a sessão quer buscar formas de reduzir a lacuna da participação feminina em áreas de tecnologia e inovação.

O chefe da ONU ressaltou que sem a participação e a criatividade de metade do mundo, a ciência e a tecnologia realizarão apenas 50% de seu potencial. Segundo dados apresentados por ele, 3 bilhões de pessoas ainda não estão conectadas à internet, a maioria mulheres e meninas em países em desenvolvimento.

De acordo com Guterres, nos países menos desenvolvidos, apenas 19% das mulheres estão online. Ele adiciona que, globalmente, meninas e mulheres representam apenas um terço dos alunos em ciências, tecnologia, engenharia e matemática.

O secretário-geral ainda reiterou que na indústria de tecnologia, os homens superam as mulheres na proporção de dois para um. Na Inteligência Artificial, apenas cerca de um em cada cinco trabalhadores é uma mulher.

Ele citou que as mulheres correspondem por apenas 3% das vencedoras dos prêmios Nobel em áreas científicas. Para Guterres, esse é o resultado de séculos de patriarcado, discriminação e estereótipos.

Em seu discurso, Guterres afirmou que o progresso visto durante décadas nos direitos das mulheres estão desapare-



Guterres: "nos países menos desenvolvidos, apenas 19% das mulheres estão online. Meninas e mulheres representam apenas um terço dos alunos em ciências"

cendo. O secretário-geral reforçou o apoio das Nações Unidas para mulheres e meninas em todos os lugares.

Ele citou o Afeganistão, em que a presença feminina na vida pública foi apagada, e lembrou que em diversos lugares os direitos sexuais e reprodutivos estão sendo revertidos.

Segundo o líder das ONU, a mortalidade materna está aumentando: uma mulher morre a cada dois minutos durante a gravidez ou no parto, sendo as causas evitáveis.

Ele também destacou que conflitos e os impactos da pandemia tiraram meninas das escolas e mulheres de seus trabalhos, além de aprofundar o problema dos casamentos pre-

coces forçados.

Ao afirmar que "igualdade de gênero é uma questão de poder", o secretário-geral da ONU destacou três ações urgentes para mitigar a questão.

Para ele, é necessário aumentar o acesso a educação, renda e emprego para mulheres e meninas, especialmente no Sul Global. Guterres também defende que as autoridades promovam a plena participação e liderança feminina em ciência e tecnologia, desde governos até em salas de reuniões e escolas.

Por fim, o chefe da ONU afirma que o ambiente digital deve ser seguro para mulheres e meninas. Ele destacou que a desinformação misó-

gina floresce nas plataformas de mídia social bem como a "trollagem de gênero", que visa especificamente silenciar as mulheres e forçá-las a sair da vida pública.

António Guterres afirma que as Nações Unidas estão trabalhando para promover um Código de Conduta para a integridade da informação em plataformas digitais. O objetivo é reduzir danos e aumentar a responsabilidade, defendendo o direito à liberdade de expressão.

O secretário-geral explicou que promover as contribuições completas das mulheres para a ciência, tecnologia e inovação não é um ato de caridade ou um favor, e sim um benefi-

cio a todos.

Para Guterres, com mais acesso a serviços médicos online, as comunidades ficam mais saudáveis. Com o acesso ao sistema bancários e recursos on-line, elas podem iniciar negócios que beneficiam sociedades e economias.

Ele ainda citou o movimento #MeToo, que aponta que com acesso a plataformas digitais seguras, elas constroem comunidades que podem mudar o mundo.

O secretário-geral conduziu sua participação afirmando que mulheres e meninas não serão silenciadas. Para Guterres, a CSW é um catalisador para a transformação e o combate à misoginia.

PROTESTOS

Presidente do Peru será interrogada esta semana

A presidente do Peru, Dina Boluarte, será interrogada pessoalmente pela Promotoria na terça-feira (7) como parte da investigação para determinar sua responsabilidade nas mortes nos protestos contra seu governo, informou a defesa da presidente.

Milhares de pessoas tomaram as ruas de Lima no começo do ano para pedir a renúncia de Dina Boluarte. No cargo desde dezembro, quando substituiu Pedro Castillo, ela é a sexta presidente em seis anos a liderar o país.

Nos últimos anos, a maioria dos ex-presidentes do país desde o ano 2000 foi presa ou investigada por corrupção, principalmente na esteira dos impactos da Operação Lava Jato no país. É esse o caso de Alejandro Toledo, Ollanta Humala e Pedro Pablo Kuczynski. Outro presidente, Alan García, também investigado, cometeu suicídio com a polícia à sua porta, numa operação em Lima, em 2019. E Pedro Castillo, eleito em 2021, acabou na cadeia após tentar um golpe de Estado frustrado em dezembro passado.

Dina Boluarte tem "toda a vontade de querer cooperar com a apuração da verdade e da investigação", disse sua advogada Kelly Montenegro ao jornal El Comercio. "Se a Promotoria indicar que o procedimento será presencial, então será presencial", acrescentou. A presidente já havia dito na sexta-feira que estaria "presente, com muito prazer, para responder às perguntas que me fizerem".

A Promotoria peruana iniciou uma investigação contra Boluarte em 10 de janeiro pelos supostos crimes de "genocídio, homicídio qualificado e ferimentos graves" durante as manifestações antigovernamentais de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 nas regiões de Apurímac, La Libertad, Puno, Junín, Arequipa e Ayacucho.

O chefe de Gabinete, Alberto Otárola (ex-ministro da Defesa), o ex-ministro do Interior, Víctor Rojas, o ministro da Defesa, Jorge Chávez, e o ex-chefe de Gabinete, Pedro Angulo, também estão incluídos na investigação realizada pela procuradora nacional, Patricia Benavides.

Na terça-feira, Boluarte completará três meses no poder depois de substituir o ex-presidente Pedro Castillo, de quem era vice, preso após ser destituído pelo Congresso em 7 de dezembro após um golpe de Estado fracassado, em um momento em que estava sob investigação por suposta corrupção.

Professor rural e dirigente sindical de 53 anos, Castillo cumpre 18 meses de prisão preventiva em Barbadillo, um presidio para ex-presidentes dentro da sede da Direção de Operações Especiais da Polícia, em Lima.

Sua queda após 17 meses no poder gerou violentos protestos que deixaram 48 mortos e mais de 600 feridos em confrontos com as forças de segurança. Outras sete pessoas morreram em acidentes de trânsito em eventos relacionados ao bloqueio de estrada.

Novos confrontos entre manifestantes e forças de segurança neste sábado (4) deixaram ao menos 16 feridos, 10 civis e seis militares, e uma delegacia incendiada em Juli, na região andina de Puno, informaram as autoridades. Os manifestantes exigem a renúncia de Boluarte, o fechamento do Congresso e o avanço das eleições para 2023.

MÉXICO

Órgão eleitoral é mais popular que Obrador

O presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), desfruta de um índice de aprovação de cerca de 60%. Mesmo assim, perde para o apoio popular dado ao Instituto Nacional Eleitoral (INE), que organiza, dá transparência às eleições e tem sido alvo principal da reforma eleitoral do governo que ameaça a democracia no país. A lei sustenta a mudança que foi promulgada na quinta-feira e publicada no Diário Oficial.

Uma pesquisa de novembro publicada pelo jornal El Universal, feita pelo instituto Buendia & Marquez, indica que 76% dos mexicanos aprovam a gestão do órgão e confiam em sua capacidade de organizar eleições. A popularidade do INE se explica pela lembrança das eleições que eram organizadas pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), que se manteve no poder no México durante 70 anos.

O INE foi fundado em 1990, dois anos depois de uma das eleições mais polêmicas na história do país, em 6 de julho de 1988. A votação foi a última organizada pela Secretaria de Governo, então dirigida por Manuel Bartlett Díaz, atual líder da Comissão Federal da Eletricidade no governo de López Obrador e acusado de envolvi-

mento na perseguição a adversários políticos e jornalistas.

Nessas eleições produziu-se o que muitos mexicanos se lembram como "a queda do sistema": quando os resultados começaram a refletir uma vantagem em favor do opositor Cuauhtémoc Cárdenas, a contagem foi interrompida por uma suposta falha informática. Quando o problema foi solucionado, o resultado mostrava que o ganhador era Carlos Salinas de Gortari, do PRI.

O escândalo foi ainda maior quando, dias após a eleição, a maioria das cédulas foi queimada em um misterioso incêndio. O próprio Bartlett admitiu ao jornal Reforma, em 2017, que o organismo eleitoral nunca teve acesso aos votos.

Após esse incidente, o Instituto Federal Eleitoral foi estabelecido, em 1990, e em 2014 mudou de nome para INE. Desde então, foi uma das instituições mais respeitadas do México. O temor dos manifestantes é que as eleições voltem a ser organizadas pelo governo onde Bartlett tem um importante posto.

protestos contra seu governo: milhares de pessoas saíram às ruas em várias cidades mexicanas no dia 26 para defender o órgão eleitoral.

Os manifestantes lotaram a maior praça do país, o Zócalo, na Cidade do México, que tem capacidade para 100 mil pessoas. As ruas do entorno também estavam cheias e alguns organizadores falaram em meio milhão de pessoas na manifestação, a maior no México desde que AMLO assumiu, em dezembro de 2018.

"O poder da convocatória nos surpreendeu", explica Ana Lucía Medina, uma das fundadoras da Sociedade Civil. "Nós sabíamos que haveria uma manifestação grande, mas ela superou nossas expectativas."

Muitas das pessoas que compareceram eram mexicanos que iam a um protesto pela primeira vez. É o caso da comerciante Estela García, de 69 anos. "Sempre disse que se (o presidente) tocasse no INE eu sairia às ruas. É intolerável."

A manifestação ocorreu dias após o Senado aprovar o chamado "Plano B", uma proposta de lei que reduz o orçamento do INE, dá mais vantagens aos partidos políticos - como o fim da obrigatoriedade

de tornar públicos os gastos de campanha - e dá mais poder a funcionários locais para administrar as eleições. A lei foi promulgada pelo presidente, mas seu futuro será decidido pela Suprema Corte.

O "Plano B" tem esse nome porque os partidos aliados a AMLO fracassaram em obter a maioria para reformar a Constituição no Congresso, um ponto-chave para fazer as mudanças que o presidente considera necessárias, entre elas, retirar dinheiro público do INE, que estaria melhor "nas mãos dos pobres", segundo ele.

Mas AMLO não explicou como planeja distribuir esse dinheiro e, em entrevista coletiva, repetiu que os protestos são prova de uma suposta trama "conservadora" contra ele. O presidente rejeita as acusações e dirige seu desprezo aos críticos, a quem chama de "conservadores", "elitistas", "defensores do narcogoverno".

O sistema eleitoral mexicano é um dos mais caros do mundo, mas tem servido de modelo para eleições em outros países. O INE se encarrega de treinar os cidadãos responsáveis por organizar os centros de votação e fazer a contagem na presença de represen-

tantes dos partidos políticos.

Nas eleições de 2018, que deram vitória a AMLO, com mais de 50% dos votos, mais de 1,4 milhões de cidadãos sem filiação política organizaram a votação e apuraram os votos. López Obrador e seus seguidores, porém, criticam o organismo desde as eleições de 2006, quando ele foi derrotado por uma margem de 0,58% pelo candidato do Partido Ação Nacional (PAN), Felipe Calderón. AMLO nunca reconheceu sua derrota.

Se as mudanças forem aprovadas, o INE será obrigado a demitir funcionários, fechar escritórios e mudar as estruturas distritais, das quais 300 seriam eliminadas, outorgando mais poder aos partidos políticos que governam essas áreas. O INE afirma que as reformas afetarão a confiabilidade das eleições.

"É muito preocupante que isso aconteça a pouco mais de um ano das eleições. Não estou certo de que o México conseguirá organizar o processo eleitoral como antes", disse Tyler Mattiace, da Human Rights Watch, acrescentando que a reforma de López Obrador é uma demonstração preocupante de avanço autocrático no México.

RETENÇÃO

Governo acionou chefe da Receita para liberar joias

O militar tinha uma missão determinada pelo então presidente Bolsonaro, que era retirar as joias de diamantes avaliadas em R\$ 16,5 milhões da alfândega

Eram 18h10 de 29 de dezembro de 2022, quando o servidor da Receita Federal Marco Antônio Lopes Santana recebeu uma visita “em caráter de urgência” na Base Aérea de Guarulhos, em São Paulo. Um avião da Força Aérea Brasileira tinha acabado de chegar ao terminal do aeroporto para “atender a demandas” do presidente da República, como mostra documento da FAB. Naquela quinta-feira, Santana recebeu o primeiro-sargento da Marinha Jairo Moreira da Silva.

O militar tinha uma missão determinada pelo então presidente Jair Bolsonaro. Faltavam dois dias para o chefe do Executivo deixar o cargo. Como ainda era presidente, Bolsonaro tratou de agir. Era preciso retirar as joias de diamantes avaliadas em R\$ 16,5 milhões, presentes do regime da Arábia Saudita a ele e à então primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Ao encontrar o servidor no aeroporto, Silva mostrou a tela de seu celular, exibindo um ofício dirigido “ao Sr. Julio Cesar”. Tratava-se de Julio Cesar Vieira Gomes, o secretário que então comandava a Receita. O militar dizia estar ali para retirar “um material” retido na alfândega e que a própria chefia da Receita já devia ter entrado em contato com a alfândega de Guarulhos. O documento fazia referência a um “Termo de Retenção de Bens” relacionado a joias.

O servidor, porém, não engoliu a história. Disse que não tinha informações e não iria entregar nada. Preocupado, Silva ligou para alguém a quem se referia como “coronel” e pediu ao auditor que conversasse com o seu “coronel”. Ele negou fazer aquele tipo de atendimento pelo telefone.

O militar insistiu. Disse que iria identificar o responsável da Receita que trataria da liberação. Santana explicou que o ofício exibido no celular não se dirigia a ele, mas ao chefe da Receita. Repetiu que desconhecia tal operação e que, por se tratar de retirada e incorporação de bens, o processo teria de ser formalizado em um “Ato de Destinação de Mercadoria”.

Mas o emissário de Bolsonaro tinha ordens para deixar o local apenas com as joias em mãos. Silva exibiu, então, um “Termo de Retenção”, mas Santana repetiu que não teria como ajudar. O militar se exasperou. Disse que cumpria missão “em caráter de urgência”. O auditor pediu que o documento fosse enviado para o e-mail corporativo da alfândega, mas Silva afirmou aguardaria orientações, pois o seu “coronel” iria falar com mais alguém.

Foi aí que o primeiro-sargento comentou a troca de comando na Presidência da República, dali a dois dias. Em sua tentativa de convencimento, disse a Santana que aquilo fazia parte da troca de governo: “Não pode ter nada do antigo para o próximo, tem que tirar tudo e levar”.

Uma nova ligação tocou no celular do militar. Era Julio Cesar Vieira Gomes, o secretário que comandava a Receita Federal e era alinhado a Bolsonaro. O militar sugere passar o celular ao auditor. A ideia era que a liberação das joias fosse reforçada por Julio, mas Santana se manteve inabalável,



Bolsonaro negou saber das joias e disse que nada pediu nem recebeu. Michelle foi às redes sociais para ironizar o valor do presente, que alegou desconhecer

CRIME

Dino pede para PF abrir inquérito sobre joias enviadas a Bolsonaro

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, pediu à Polícia Federal (PF) que investigue a tentativa do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de trazer, de forma ilegal, joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões ao Brasil. As joias eram um presente da Arábia Saudita para o então presidente e a primeira-dama Michelle Bolsonaro e foram apreendidas no aeroporto de Guarulhos (SP) em outubro de 2021. Os objetos estavam na mochila do assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que voltava de viagem ao Oriente Médio.

“Os fatos, da forma como se apresentam, podem configurar crimes contra a Administração Pública tipificados no Código Penal, entre outros. No caso, havendo lesões a serviços e interesses da União, assim como à vista da repercussão internacional do itinerário em tese criminoso, impõe-se a atuação investigativa da Polícia Federal”, escreveu Dino em ofício enviado na manhã de segunda-feira ao diretor-geral da PF, Andrei Passos Rodrigues.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as joias apreendidas pela Receita Federal que eram um presente do governo Arábia Saudita para a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro, deveriam ser incorporadas ao patrimônio da União.

O governo Jair Bolsonaro (PL) tentou trazer ilegalmente para o País colar, anel, relógio e um par de brincos de diamantes avaliados em € 3 milhões, o equivalente a R\$ 16,5 milhões. As joias eram um presente do regime saudita para o então presidente e a primeira-dama Michelle Bolsonaro e foram apreendidas no aeroporto de Guarulhos. Estavam na mochila de um militar, assessor do então ministro de Minas e Ener-

gia, Bento Albuquerque, que viajara ao Oriente Médio em outubro de 2021.

“Todo presente desse valor necessariamente tem de ser incorporado ao patrimônio público, e se um cidadão comum receber um presente e quiser trazer ao Brasil, ele tem de declarar”, disse Haddad.

Segundo o ministro, os auditores fiscais que apreenderam as joias agiram corretamente e fizeram um bom trabalho. “Evidentemente que tudo concorre para o fato de que, aquilo que é determinado pelo Tribunal de Contas da União,



Flávio Dino: “os fatos podem configurar crimes contra a Administração Pública”

area da alfândega, e estariam nas mãos do casal Bolsonaro.

Dos Estados Unidos, o ex-presidente negou saber das joias e disse que nada pediu nem recebeu. Michelle foi às redes sociais para ironizar o valor do presente, que alegou desconhecer.

As joias seguem apreendidas no cofre da Receita, em

pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, nada foi observado em relação às joias que constam desse dossiê estimadas em mais de R\$ 16 milhões de valor. É uma coisa absolutamente fora, atípica. Ninguém ganha presente de R\$ 16 milhões”, afirmou Haddad.

Haddad também criticou o fato de o governo Jair Bolsonaro ter criado postos de adidos em embaixadas no exterior para servidores da Receita. O ministro disse que pediu ao presidente Lula que extinguisse esses postos para que esses servidores voltem ao País.

PATROCÍNIOS

CNJ desobriga juízes de informar sobre ida a eventos

Uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desobrigou juízes de todo o País de informar os respectivos tribunais sobre a participação em eventos. Os dados eram centralizados pelas corregedorias das Cortes em razão de regras impostas pelo próprio CNJ. Ao longo de uma década, o colegiado debateu normas sobre eventos privados em pelo menos três julgamentos, e enfrentou resistência da magistratura para disciplinar o tema.

Fóruns e seminários no Brasil e no exterior oferecidos para magistrados são custeados por alguns dos maiores litigantes do País. Os patrocinadores de eventos com representantes da Justiça têm interesses em causas que somam pelo menos R\$ 158,4 bilhões entre multas, indenizações e dívidas reclamadas.

Esse valor se refere a algumas das mais importantes disputas judiciais até o ano passado no Brasil sob julgamento de juízes presentes nos eventos. São 30 grandes processos levantados pela reportagem no último ano, que têm patrocinadores como partes nos autos ou declaradamente interessados nos julgamentos.

Por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), a reportagem questionou a todos os Tribunais de Justiça do País sobre a participação de magistrados em eventos privados. Em resposta, os tribunais forneceram dados de encontros das próprias Cortes, ou que tenham demandado o pagamento de diárias aos juízes para a presença em eventos institucionais.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ricardo Anafe, citou a resolução do CNJ, editada em 2021 e de autoria de seu então presidente, ministro Luiz Fux, segundo a qual a Justiça em todo o País passou a ser desobrigada de fornecer essas informações. Até então, o TJ-SP tinha um campo específico no Portal da Transparência para o preenchimento de dados de palestras em eventos privados.

“Assim, as atividades mencionadas no pedido de informação, quais sejam participação em eventos, palestras, congressos e simpósios, inclusive aqueles promovidos ou subvencionados por entidades privadas com fins lucrativos, não precisam ser comunicadas pelos magistrados e, consequentemente, não são objeto de controle por parte do TJ-SP, nem há disponibilização das informações solicitadas pelo requerente no seu sítio eletrônico”, afirmou Anafe.

O trecho da resolução de Fux que acabou com o dever de informar palestras e patrocinadores foi omitido pela comunicação institucional do CNJ à época em que a decisão foi aprovada pelo colegiado. Na ocasião, Fux justificou que a presença de juízes em palestras pode ser feita por meio de plataformas online, o que permite que magistrados “participem rapidamente de eventos, eventualmente dependendo tão somente o tempo necessário para sua fala”.

De acordo com a decisão de Fux, exigir que organizadores e outros detalhes desses eventos sejam informados “mostrasse contraproducente e burocratizante” e também “desestimula a interação acadêmica dos magistrados com outros operadores do Direito e com a própria sociedade”.

Até 2013, não havia regras específicas para palestras de juízes nesse tipo de evento. Com auxílio do então corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, o então presidente do CNJ, Joaquim Barbosa, impôs uma série de restrições. A resolução de Barbosa vetou aos juízes “prêmios, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas”.

DERROTA

Lula cede às pressões e dá sobrevida a Juscelino Filho

Os fiadores da indicação de Juscelino Filho se opuseram à troca e deixaram claro ao governo que a demissão do ministro poderia trazer prejuízos à governabilidade

Sob pressão de integrantes do União Brasil, partido de Juscelino Filho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu dar sobrevida ao político maranhense no Ministério das Comunicações. Juscelino Filho foi mantido no cargo, apesar da série de acusações de uso indevido de recursos públicos. O ministro segue sendo um incômodo para o governo. A Comissão de Ética Pública informou nesta segunda-feira, 6, que vai analisar a situação do ministro e pode abrir um processo. O colegiado pode indicar ao presidente da demissão de Juscelino.

A manutenção do ministro no cargo quebra uma promessa de Lula de não manter no governo integrantes do primeiro escalão envolvidos em irregularidades. Ele recebeu diárias e usou um jato da FAB para ir assistir leilões de cavalo em São Paulo no final em janeiro deste ano. Como deputado, destinou verbas do orçamento para asfaltamento de uma estrada que passa em fazendas de sua família no interior do Maranhão e sonegou informações sobre seu patrimônio à Justiça Eleitoral.

O ministro foi recebido por Lula no Palácio do Planalto nesta segunda-feira, 6, após uma viagem de dez dias para um congresso mundial de telecomunicações na Espanha. Foi a primeira vez que o presidente recebeu na sede do governo o ministro, da cota do União Brasil. Os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também participaram da conversa.

O presidente Lula orientou Juscelino a se expor publicamente e explicar as denúncias de irregularidades. Interlocutores dos ministros que participaram da reunião disseram, sob reserva, que a orientação de Lula foi de que o titular das Comunicações "vá para a rua e se explique". Na quinta-feira, 2, o presidente havia declarado em entrevista o ministro seria demitido caso não conseguisse se explicar. "Se ele não conseguir provar a inocência, ele não pode ficar no governo", afirmou Lula.

Os fiadores da indicação de Juscelino Filho se opuseram à troca e deixaram claro ao governo que a demissão do ministro poderia trazer prejuízos à governabilidade. Também disseram que o PT teve vários de seus quadros envolvidos em declarações xenofóbicas sobre baianos proferida na Câmara de Caxias do Sul no último dia 28.

A Promotoria e a Polícia Civil também investigam o parlamentar, na esfera criminal, por causa



O presidente Lula orientou Juscelino Filho a se expor publicamente e explicar as denúncias de irregularidades divulgadas pela imprensa

CARGO DE CONFIANÇA

Sócio de haras é funcionário fantasma

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, emplacou o sócio do haras onde cria seus cavalos como funcionário fantasma na liderança do PDT no Senado. No local onde deveria trabalhar, ninguém conhece Gustavo Gaspar, embora ele tenha salário de R\$ 17,2 mil, um dos maiores do gabinete. No haras, Gaspar é sócio da irmã do ministro, a prefeita de Vitorino Freire (MA), Luanna Rezende.

Juscelino se reuniu na segunda-feira, 6, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que condicionou a permanência dele no cargo a uma justificativa plausível sobre o uso de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e de diárias pagas com recursos públicos para ir a compromissos privados, como leilões de cavalos.

A reportagem esteve na liderança do PDT no Senado na última semana. Servidores disseram que não conheciam o suposto funcionário. Diante do constrangimento, o responsável pelo gabinete, Silvio Saraiva, admitiu que ele não trabalhava no local onde está lotado e deveria dar expediente. Gaspar foi realocado dois dias após a reportagem procurá-lo.

Homem de confiança do ministro na política e nos negócios, o funcionário fantasma é irmão de Tatiana Gaspar, contratada por Juscelino como assessora especial do Ministério das Comunicações, com salário de R\$ 13,2 mil. Quando deputado, ele já havia empregado o pai de Gaspar, de 80 anos, com salário de R\$ 15,7 mil.

Gaspar foi nomeado como assis-

tente parlamentar sênior na liderança do PDT pelo senador Weverton Rocha (PDT-MA), à época líder da bancada. Compadre do ministro, o senador é um dos fiadores de sua indicação para a pasta das Comunicações, ao lado do colega Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Em fevereiro de 2021, a liderança do PDT passou a ser comandada pelo senador Cid Gomes (CE). Gaspar continuou empregado na mesma função.

A situação só mudou após a reportagem procurar o funcionário e buscar explicações sobre qual trabalho ele desempenhava. No último dia 2, Gaspar foi retirado oficialmente da liderança do PDT e transferido para a Segunda Secretaria do Senado, comandada desde fevereiro por Weverton.

"O exercício dele continuou aqui por falha mesmo. Deveria ter sido requisitado o exercício dele para o gabinete do senador Weverton. Não foi. Provavelmente, ele (Gaspar) está trabalhando na Segunda Secretaria, que é onde o senador Weverton está agora. Não deve estar nem no gabinete dele", justificou o chefe de gabinete do PDT.

ção de matérias de interesse do Palácio.

"A conta é simples. Sem os votos do União o governo não teria nem aprovado a PEC da Transição, que é a que garante o fôlego necessário para iniciar o governo", diz um aliado do ministro que atuou nos bastidores para manter o ministro.

Desde que Lula convocou Juscelino a se explicar, aliados dele iniciaram uma articulação para dissuadir o presidente. O primeiro movimento foi feito na quinta-feira, 2, quando o ministro rompeu o silêncio sobre o tema e, em nota oficial, admitiu

ter recebido diárias para agendas privadas nos eventos de cavalos e anunciou a devolução do dinheiro aos cofres públicos.

Aversão do ministro, porém, não esclareceu as denúncias e ignorou fatos apresentados. Ele disse, por exemplo que, "diferentemente do que reiteradas vezes o jornal afirma, o ministro cumpriu agenda oficial nos dias 26 e 27 de janeiro".

A reportagem não apenas mostrou que ele teve agendas públicas nesses dias como também revelou que elas duraram apenas duas horas e meia, ao todo. A maior parte do tempo,

no entanto, ele dedicou a compromissos privados sobre cavalos, uma predileção pessoal. Um dos eventos aos quais ele compareceu estava marcado desde novembro.

Além disso, ele também alegou que seria "de total desconhecimento do ministério o suposto 'caráter de urgência' destacado pelo jornal" para receber diárias do governo. A informação está no Portal da Transparência, abastecido com informações da pasta.

A manutenção de Juscelino Filho no governo representa uma derrota para a pre-

sidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR). Em entrevista ao site Metrôpoles, na sexta-feira, 3, Gleisi afirmou: "Olha, em situações como essa, eu acho que o ministro devia pedir um afastamento para poder explicar, justificar, se for justificável o que ele fez. Isso impede o constrangimento de parte a parte."

Em outro movimento de articulação para salvar Juscelino Filho, o União Brasil soltou uma nota, neste domingo, 5. "Será que a presidente Gleisi fará a mesma declaração caso seja integrante do seu partido seja alvo de ataques?", afirma.

UNIÃO BRASIL

Lira afirma que federação é uma etapa para a fusão

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a federação que deve ser formada entre sua sigla e o União Brasil é um passo para a fusão entre as duas legendas. Na visão do deputado, o País terá, em alguns anos, apenas sete ou oito partidos, devido à reforma eleitoral de 2017, que dificulta o acesso de agremiações pequenas e com pouca capilaridade nacional aos recursos dos fundos partidário e eleitoral.

"Se deve pensar bastante antes de fazer, mas se o meu partido e o União Brasil chegarem a um acordo de governança de que a federação será compatível para os dois partidos, depois de duas eleições ou quatro anos, sair dela vai se tornando cada vez menos provável. Até porque, na raiz dos partidos a cepa é a mesma. Como nos partidos de esquerda que estão federando também a cepa é a mesma", declarou Lira, durante reunião do Conselho Político e Social (COPS) da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

Pela lei, os partidos que se unem em federações devem atuar juntos por pelo menos quatro anos no Congresso e nas eleições majoritárias, o que significa que devem lançar um único candidato a cargos como o de presidente da República, governador, prefeito e senador. "Se houver federação entre Progressistas e União Brasil, é uma etapa para a fusão. É um noivado, um namoro", emendou o presidente da Câmara.

"Nós vamos caminhar para uma diminuição partidária, claro, talvez para 7 ou 8 partidos. Dois de esquerda, dois de direita e uns três de centro. É o que a gente desenha. Para diminuir isso, acho que mais a curto prazo, são as federações", defendeu Lira.

Ao ser questionado sobre o possível fim da reeleição para presidente da República, Lira disse que antes seria preciso debater um mandato presidencial de cinco anos e a realização das eleições municipais no mesmo ano do pleito nacional, para que o País não fique "sem funcionar" a cada dois anos. No evento, o presidente da Câmara também voltou a defender a adoção do semipresidencialismo no País a partir de 2030 ou 2034, mas negou que queria ser primeiro-ministro ao dizer que até lá pretende já ter encerrado sua vida política.

Na semana passada, em busca de entendimentos regionais, o União Brasil e o PP adiaram mais uma vez o anúncio da federação. A reportagem apurou que a demora em fixar um prazo se deve à dificuldade para fechar acordos sobre os comandos em algumas executivas estaduais. Segundo relatos de fontes à reportagem, esses cargos devem ficar com quem tiver mais poder político local.

DISCRIMINAÇÃO

Promotoria pede que vereador de Caxias do Sul pague indenização por xenofobia

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) acionou a Justiça para que o vereador Sandro Fantinel (Patriota) pague uma indenização de R\$ 300 mil por danos morais coletivos em razão de declaração xenofóbica sobre baianos proferida na Câmara de Caxias do Sul no último dia 28.

A Promotoria e a Polícia Civil também investigam o parlamentar, na esfera criminal, por causa

da 'sugestão' para que empresários do setor agrícola não contratem pessoas da Bahia, 'povo que vive na praia tocando o tambor', 'acostumado com carnaval e festa'.

Na ação protocolada na segunda-feira, 6, a promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani argumenta que Fantinel 'ofendeu a dignidade e o decoro' dos nordestinos, 'com mais contundência', aqueles

nascidos na Bahia. Além disso, o vereador 'incitou a população à prática de discriminação, preconceito e discurso de ódio', narra a autora da ação.

"As falas do demandado, amplamente divulgadas por diversos meios de comunicação e viralizadas nas redes sociais dada a gravidade de seu conteúdo, demonstram, além de ignorância, aversão ao povo nordestino [...]. Tal conduta

demonstra falta de respeito, conhecimento, e intolerância do requerido com brasileiros de diferentes culturas e origem diversas das suas", sustentou a promotora.

Segundo o MP, o valor requerido como indenização leva em consideração 'a gravidade do fato, a extensão do dano, a intencionalidade e a reprovabilidade extremas da conduta'. O valor deverá ser destinado ao

Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados (FRBL).

O órgão destaca que 'a incitação do preconceito e da discriminação' promovida no caso se deu 'no âmbito do debate público de grande alcance e relevância, eis que relacionado a situação extremamente grave de violação de direitos humanos' e em discurso proferido em sessão pública.

A Promotoria quer coibir

'novos comportamentos semelhantes' que possam vir a ser reproduzidos não apenas pelo próprio vereador, 'como pelos demais sujeitos que venham a se sentir encorajados pela ausência de consequências de maior gravidade'.

A declaração que motivou o pedido de indenização ocorreu durante sessão da câmara da cidade gaúcha em referência ao resgate de mais de 200 pessoas - muitas da Bahia - que foram submetidas a situação análoga à escravidão em vinícolas de Bento Gonçalves.

"Gente, só vou dar um conselho: agricultores, produtores, empresas agrícolas que estão me acompanhando não contratem mais aquela gente lá de cima (estado da Bahia)."

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Brasil deixa de ganhar 2% no PIB com educação de má qualidade

De Bonis afirma que o verdadeiro motor da economia não é a taxa de juros, é o capital humano, uma vez que ele perdura e tem impactos reais a longo prazo no desenvolvimento

Por não chegar ao menos à nota média dos estudantes de países desenvolvidos em avaliações internacionais, o Brasil deixa de ganhar 2 pontos percentuais no Produto Interno Bruto (PIB) ao ano. A conclusão está em um estudo de pesquisadores da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que faz uma síntese das evidências sobre o impacto da educação no crescimento de uma nação. O Brasil é um dos últimos colocados em rankings de avaliações e seu PIB médio, na última década, foi de 0,26%.

O trabalho também deixa claro que o aumento da riqueza de um país se dá pelo incremento na qualidade da educação e não apenas pela taxa de escolaridade, como se acreditava no passado. As dezenas de estudos analisados levaram em conta resultados dos países em avaliações como o Pisa, feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Trends in International Mathematics and Science Study (TIMSS).

Um dos estudos, de Eric Hanushek, da Universidade de Stanford, de 2022, indica que se os países da América Latina garantissem que todos os estudantes alcançassem o nível básico de proficiência no Pisa, os ganhos para a região ao longo do século 21 somariam US\$ 76 trilhões. "A educação é condição necessária para o crescimento sustentável, para um ciclo virtuoso. Não é só que o país produz mais, há melhora da vida das pessoas, em saúde, com menos criminalidade, salários mais altos, inovação, participação política",



Educação: "cada ano que a gente perde não garantindo uma aprendizagem adequada para as crianças é uma riqueza futura que a gente está perdendo"

diz o professor da FGV e diretor do Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (Clear), André Portela, responsável pelo estudo.

Estudos considerados pela FGV mostram também como uma escola de mais qualidade influencia positivamente outros aspectos sociais, reduzindo taxas de homicídios e violência doméstica, por exemplo. Há ainda uma pesquisa brasileira que indica que o aumento no Ideb, o índice de desenvolvimento da educação no País, está associado a maiores taxas de geração de emprego nos municípios.

"O verdadeiro motor da economia não é a taxa de juros, é o capital humano. Ele per-

dura e tem impactos reais a longo prazo", afirma o diretor de conhecimento, dados e pesquisa da Fundação Lemann, Daniel De Bonis. O estudo foi feito a pedido da entidade "A gente vê sempre o debate econômico ganhando destaque, quando deveríamos estar discutindo o investimento em educação. Cada ano que a gente perde não garantindo uma aprendizagem adequada para as crianças é uma riqueza futura que a gente está perdendo."

Pesquisas mostram que a melhora na educação impacta ainda mais os países em desenvolvimento. Em países de renda média baixa, o PIB poderia ser elevado em até 28%; entre os de renda média alta, como o Bra-

sil, em até 16%, e nos de renda alta, 10%. Entre os exemplos de nações que tiveram melhora na educação e crescimento econômico nas últimas décadas estão Cingapura, Coreia do Sul, Portugal e Polônia, todos com notas acima da média dos países membros da OCDE.

Na última avaliação do Pisa, que foi feita em 2018 e divulgada em 2019, o Brasil teve nota 382 em matemática, por exemplo, enquanto a média OCDE é de 489. Em Ciência, foram 404 e 489, respectivamente.

Segundo Portela, se os estudantes brasileiros aumentassem a nota em cerca de 50 pontos, o equivalente à metade do caminho até chegar à média dos países desenvolvidos, o PIB do País

já cresceria 1 ponto percentual. Em toda última década (2011-2020), com recessão e pandemia, o Brasil registrou PIB médio de 0,26%, ao ano, o pior desempenho da história.

Com a nota atual no Pisa, a maioria dos alunos brasileiros está em níveis considerados abaixo do básico em Língua, Matemática e Ciência, as três áreas avaliadas pelo Pisa. Mesmo com um aumento na nota nos últimos anos, quatro em cada dez adolescentes do País - o exame é feito aos 15 anos de idade - não conseguem identificar a ideia principal de um texto, ler gráficos, resolver problemas com números inteiros ou entender um experimento científico simples.

Segundo estudos analisados, se o Brasil continuar no mesmo ritmo de desenvolvimento de capital humano, demoraria uma década para chegar ao nível do Chile e três décadas para alcançar nações como Portugal e Japão. A situação ainda piorou com a pandemia de covid-19, cujas pesquisas mostram perda de aprendizagem das crianças em todo o País - especialmente na etapa de alfabetização.

Para De Bonis, o estudo é oportuno para o momento atual, de novo governo, federal e estaduais. "Para que tenham perspectiva de longo prazo e menos imediatista. Talvez não consigam fazer em quatro anos, mas podem criar bases, colocando a educação na centralidade da política."

O Brasil, completa, precisa investir mais em educação, mas também registra desempenho pior do que outras nações de renda semelhante. "É preciso ampliar de forma responsável o investimento na educação, valorizando professor, investindo em infra estrutura."

Durante o governo de Jair Bolsonaro, o Ministério da Educação (MEC) sofreu sucessivos cortes orçamentários, que afetaram o ensino básico e o superior. Não houve ajuda para as escolas durante a pandemia ou políticas públicas para combater a defasagem educacional.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu garantir na PEC da transição cerca de R\$ 10 bilhões a mais para a educação, em especial para o reajuste da merenda escolar, ainda não anunciado. Em fevereiro, foram divulgados aumentos no valor das bolsas de pós-graduação, mas ainda são aguardados novos investimentos.

INSATISFAÇÃO PROFISSIONAL

Quase sete milhões de pessoas pedem demissão no País

Em novembro do ano passado, Renata Lopes, de 36 anos, decidiu por fim a sua insatisfação profissional. Com apenas oito meses ocupando um cargo de gerente de compras numa startup, ela optou por se desligar da companhia e se dedicar exclusivamente ao negócio próprio - uma empresa que vende produtos de segurança. "Foram diversos fatores (que levaram a essa decisão). Era o cargo, a empresa, a distância", diz ela.

Renata se somou a quase 6,8 milhões de brasileiros - o equivalente a toda população do Maranhão - que em 2022 pediram demissão de forma voluntária, um terço do total de desligamentos registrados no País, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) compilados pela LCA Consultores.

No Brasil, o movimento - que ficou conhecido globalmente por "grande renúncia" - foi marcado, sobretudo, pelos mais escolarizados e jovens. Entre os trabalhadores com pós-graduação, a demissão voluntária superou os 50%.

"Boa parte desse movimento está atrelado a esse processo de normalização, com as pessoas voltando a ter empregos mais condizentes com sua formação", afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA e responsável pelo levantamento.

Em 2020, por exemplo, quando a economia foi abalada pelos impactos provocados pela pandemia de covid, os desligamentos voluntários representavam 25,7% do total.

"Há dois 'Brasis' no mercado



Emprego: no Brasil, o movimento - que ficou conhecido globalmente por "grande renúncia" - foi marcado, sobretudo, pelos mais escolarizados e jovens

de trabalho formal. A grande maioria tem uma mão de obra pouco qualificada, mas quem tem um pouco mais de qualificação tem poder de barganha", afirma Imaizumi.

Hoje os trabalhadores com mais qualificação não ficam mais presos a um trabalho de que não gostam.

O movimento de demissões voluntárias já vinha surgindo antes da pandemia, mas ganhou outra dimensão no pós-covid. O presidente da multinacional de recursos humanos Adecco, André Vicente, explica

que a questão do bem-estar e da qualidade de vida passou a ter uma relevância maior para essa população mais qualificada, que não pensa duas vezes antes de deixar o emprego mesmo sem ter algo em vista.

"Alguns deles deixam vagas formais e apostam em trabalhos autônomos, em negócios digitais ou no empreendedorismo." Foi o caso de Renata Lopes, que decidiu se dedicar a sua empresa de produtos de segurança.

Outro fator que explica a onda de pedidos de demissão é o desequilíbrio entre oferta e

demanda de mão de obra em alguns setores, como tecnologia, saúde e mercado financeiro. Vicente afirma que, nesse cenário, as empresas são muito competitivas para atrair o trabalhador. "Isso também foi reflexo da pandemia, pois exigiu que as companhias acelerassem o processo de digitalização, o que demandou muita mão de obra qualificada (que o País não tem)."

Junta-se a isso uma questão geracional, em que os jovens seguem uma filosofia de propósito e "fit cultural". Ou seja, não basta ter um emprego. A cultura

organizacional da empresa precisa estar de acordo com a sua personalidade e crenças. "Hoje as pessoas estão muito mais exigentes e preocupadas com os valores da empresa em que trabalham", diz Vicente.

Em 2022, o desligamento voluntário entre os que têm de 18 a 24 anos chegou a 39% do total da faixa etária e representou 34% das demissões dos 25 a 39 anos, resultados bem acima do observado na faixa dos 50 a 59 anos (24%).

"Se a gente for analisar uma geração mais antiga, o sinô-

nimo de sucesso era ficar anos numa mesma empresa, crescer na empresa. O mais jovem, não. Se encontra uma melhor oportunidade no mercado de trabalho, ele se movimenta", afirma o economista da LCA, Bruno Imaizumi.

Um exemplo é Marília Gabriella Fecho, de 34 anos. Formada em publicidade, com uma pós-graduação no currículo e cursando um mestrado, ela sempre prezou pela sua saúde emocional e reconheceu os seus limites. Nem sempre tinha a garantia de um trabalho nas suas trocas de emprego. "Do meu último emprego CLT, pedi demissão por motivos de insalubridade mesmo, por ocorrência de sobrecarga emocional e racismo."

Antes da crise sanitária, ela pondera que tinha alguma "flexibilidade" a mais para lidar com um ambiente de trabalho eventualmente mais difícil. "Depois da pandemia, veio muito mais um senso de urgência, de imediatismo (das empresas). Isso acabou pesando, tanto que, na minha área, nas minhas equipes, tinha sempre alguém sendo afastado por questões psicológicas."

No mundo, essa onda deixou evidente aspectos comportamentais. Em 2021, na esteira desse movimento, mais de 40 milhões de pessoas se demitiram dos seus trabalhos. Vicente diz que na Europa esse movimento é ainda mais intenso que no Brasil. E deve continuar em alta. Exemplo disso é que alguns países estão abrindo suas fronteiras para atrair estrangeiros, como é o caso de Portugal.

BAIXADA

Fundec reúne mais de 300 alunos em formatura de enfermagem em Caxias

A instituição formou a primeira turma do curso gratuito técnico em enfermagem, no segundo semestre do ano passado, com 40 alunos

A Prefeitura de Duque de Caxias, por meio da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, realizou, na última sexta-feira, a cerimônia de formatura de cerca de 300 alunos do curso técnico em enfermagem da Fundec – Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência e Tecnologia do município de Duque de Caxias.

A instituição formou a primeira turma do curso gratuito técnico em enfermagem, no segundo semestre de 2022, com cerca de 40 alunos, e obteve um marco histórico: formar mais de 300 alunos de uma só vez, o que evidencia o excelente trabalho feito pela fundação no último ano. O município, através desse desempenho, recebe profissionais de saúde qualificados e preparados para atender a população e o mercado de trabalho.



O prefeito de Duque de Caxias, Wilson Reis, durante a formatura do Fundec

Para o secretário municipal de Ciência e Tecnologia, Eduardo Moreira, a formatura vem ratificar que o curso técnico na Fundec pode se expandir para outras áreas. "Esse projeto da escola técnica, nós iniciamos há dois anos e, hoje, estamos formando alunos a nível técnico. Estamos formando aqui

300 técnicos de enfermagem. A partir desse momento, trabalharemos muito mais para oferecer outros cursos. A formação técnica é muito importante, gera uma profissão direta para o mercado de trabalho. E nós precisamos ofertar cada vez mais oportunidades à população", destacou o

secretário.

A cerimônia contou com a presença do prefeito de Duque de Caxias, Wilson Reis; do secretário municipal de Ciência e Tecnologia, Eduardo Moreira; da diretora de Educação do Fundec, Alcineia Oliveira; do deputado Federal Gutemberg Reis; do deputado Estadual Átila Nunes; do vereador Júnior Reis, além de familiares dos formandos, funcionários e colaboradores da Fundec.

O prefeito Wilson Reis destacou a felicidade em participar de um momento tão importante para os formandos. "Para nós é muito marcante esse momento, pois estamos formando um grupo muito grande para a área da saúde. E o que mais cresce em Caxias são as unidades de saúde. A formação desse curso vem de encontro com essa demanda. É um momento muito feliz para Duque de Caxias", destacou Wilson Reis.

MULTIPLAN PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 29.401.298/0001-23 - NIRE Nº 33.3.0032579-4.
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de fevereiro de 2023. **1. Data, Hora e Local:** No 17 dia do mês de fevereiro de 2023, às 17:00 horas, na sede da Multiplan Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102. **2. Convocação e Presença:** Compareceram os acionistas representando a totalidade do capital social subscrito da Companhia, dispensada a convocação, de acordo com o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. José Isaac Peres e secretariados pelo Sr. Marcelo Vianna Soares Pinho. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, os seguintes assuntos: **4.1.** Autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. **4.2.** Cancelar, revogando para todos os fins e efeitos, as deliberações tomadas por ocasião da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 29 de dezembro de 2022, na qual haviam sido aprovados um aumento do capital social e uma subsequente redução do capital social da Companhia. **4.3.** Consignar que a ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 29 de dezembro de 2022 não chegou a ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro por não ter decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias estabelecido no art. 174, §1º da Lei nº 6.404/76, ficando os diretores da Companhia autorizados a tomar as providências cabíveis para a desistência do arquivamento da ata da referida Assembleia Geral Extraordinária. **4.4.** Consignar, ainda, que, em função da deliberação e consignação acima, as modificações ao capital social da Companhia não chegaram a surtir qualquer efeito legal, financeiro ou contábil, ficando a Companhia no status quo ante à realização da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 29 de dezembro de 2022. **4.5.** Em decorrência das deliberações tomadas acima, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia permanecerá inalterado e em vigor com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de R\$ 1.392.982.167,00 (um bilhão, trezentos e noventa e dois milhões, novecentos e oitenta e dois mil, cento e sessenta e sete reais), representado por 1.392.982.167 (um bilhão, trezentos e noventa e duas milhões, novecentos e oitenta e duas mil, cento e sessenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal". **4.6.** Autorizar a Diretoria da Companhia a proceder com tudo o que for necessário para o cancelamento e revogação das operações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de dezembro de 2022, incluindo, mas não se limitando, (i) a publicação nos veículos de comunicação utilizados pela Companhia, indicando a não realização das modificações ao capital social que haviam sido deliberadas, (ii) a desistência do registro da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2022 perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, e (iii) a assinatura de todos os documentos necessários para esse fim. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelos acionistas presentes. Acionistas Presentes: José Isaac Peres e Maria Helena Kaminitz Peres. Presidente: José Isaac Peres. Secretário: Marcelo Vianna Soares Pinho. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023. Mesa: José Isaac Peres; Marcelo Vianna Soares Pinho. Acionistas: José Isaac Peres; Maria Helena Kaminitz Peres - p.p. José Isaac Peres. **Lista de Presença: ACIONISTAS - AÇÕES ON - %:** José Isaac Peres; 1.133.945.943; 81,37%. Maria Helena Kaminitz Peres - p.p. José Isaac Peres; 259.543.493; 18,63%. **Total de Ações; 1.392.982.167; 100,00%.** Marcelo Vianna Soares Pinho - Secretário.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS

ABDO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, RJ, à Av. Rio Branco, nº 20, 3º Andar, Centro, CEP 20.090-000, inscrita no CNPJ sob o nº 08.931.587/0001-64, na forma dos § 1º e 3º do art. 1.152 do Código Civil - Lei 10.406 de 10.01.02 e o seu CONTRATO SOCIAL consolidado, neste ato representada por seu administrador Wagdy Nassib Radwan, convoca todos os seus sócios quotistas para a **REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS**, que será realizada no dia **16.03.23**, às 10:30 horas, em primeira chamada com a presença de todos os sócios, e as 11:00 horas em segunda e última chamada com a presença de qualquer número de sócios, no seguinte endereço: **Av. Ayrton Senna, nº 2.541, Barra da Tijuca, CEP 22.775-002, nesta cidade do Rio de Janeiro**, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia:** 1. Deliberar sobre a venda da totalidade das quotas do capital social da sociedade para a RIVA INCORPORADORA S/A ou para qualquer outro comprador, contemplando assim a venda dos ativos totais da sociedade, constituídos pelos Lotes 1 e 2 do PAL 48389, situados na Estrada dos Bandeirantes, melhor descritos e caracterizados nas matrículas nºs 405.951 e 405.952 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, tudo em cumprimento dos itens (ii) e (iii) e demais termos do acordo de transação firmado entre os sócios, às fls. 173/175 do processo nº. 0126926-23.2020. 8.19.0001, na 1ª. Vara Empresarial do Rio de Janeiro; 2. Deliberação sobre as medidas legais a serem tomadas nos autos do processo nº. 0126926-23.2020. 8.19.0001, na 1ª. Vara Empresarial do Rio de Janeiro, face as insistentes recusas do sócio Sérgio Giovanni Lindo em assinar a venda dos ativos da sociedade, contrariando assim o acordo de transação firmado entre os sócios, no âmbito do citado processo; 3. Deliberação sobre a responsabilização do sócio Sérgio Giovanni Lindo pelos possíveis prejuízos advindos da perda do potencial construtivo nos imóveis da sociedade em função da alteração da legislação municipal, e face as suas insistentes recusas em assinar a venda dos ativos da sociedade, contrariando assim o acordo de transação firmado entre os sócios, no âmbito do já citado processo. 4. Deliberação sobre a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias da suspensão do prazo previsto para alienação particular dos ativos da sociedade ou suas quotas, nos termos do acordo de transação firmado entre os sócios, às fls. 173/175 do processo nº. 0126926-23.2020. 8.19.0001, na 1ª. Vara Empresarial do Rio de Janeiro, face as insistentes recusas do sócio Sérgio Giovanni Lindo em assinar a venda dos ativos da sociedade para a RIVA, mesmo considerando que a sociedade uma vez vendidos os imóveis para a MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A, em 23.11.21, anuiu com a rescisão do mesmo em 09.09.22, por conta de dentre várias motivações, a recusa do sócio Sérgio Giovanni Lindo em cumprir o acordado no contrato de desistir da ação de dissolução da sociedade. 5. Deliberação sobre a se a proposta de compra totalidade das quotas do capital social da sociedade para a RIVA INCORPORADORA S/A ou para qualquer outro comprador, contemplando assim a venda dos ativos totais da sociedade, constituídos pelos Lotes 1 e 2 do PAL 48389, situados na Estrada dos Bandeirantes, melhor descritos e caracterizados nas matrículas nºs 405.951 e 405.952 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, se encontra dentro dos padrões do mercado imobiliário atual, e se o preço ofertado de R\$35.571.368,00, é superior ao valor acordado pelos sócios na transação firmada entre os sócios no processo de dissolução da sociedade. Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. Wagdy Nassib Radwan - Administrador e Sócio Quotista.

RIO DE JANEIRO/RJ
EDITAL UNICO DE LEILÃO

Edital Especial Associação de Poupança e Emprestimo - POUPEX Lei Nº 9.514/97 e MP Nº 2.223/01
PAULO ROBERTO ALVES BOTELHO, Leiloeiro Oficial, inscrito na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob a matrícula JUCERJIA nº 62, devidamente autorizado pela proprietária Associação de Poupança e Emprestimo - POUPEX, CNPJ/MF nº 00.065.522/0001-21, com endereço à Av. Duque de Caxias, s/nº, SMU, Brasília/DF, CEP: 70.630-902, tendo havido inadimplência de obrigações contratuais, garantidas pela alienação fiduciária dos imóveis abaixo relacionados e consolidada a posse dos mesmos ao credor fiduciário, pelo cumprimento do art. 26 da Lei. 9.514/97 e cumprindo o disposto no art. 27 da mesma lei, torna público que colocará a **Venda em Leilão Público, o seguinte bem imóvel:**
Imóvel: APARTAMENTO 204 do Bloco 2, do edifício situado na RUA TEIXEIRA FRANCO Nº 102, com direito a uma vaga de garagem, e sua correspondente fração ideal de 1/108, do respectivo terreno, que mede na totalidade: 9,97m de frente, à direita em 4 segmentos de: a)33,00m junto à Rua Teixeira Franco nº 104; b) 7,65m junto ao mesmo terreno da Rua Teixeira Franco nº 104; c) 10,89m junto ao terreno da Rua Teixeira Franco nº 106; d) 68,20m junto aos terrenos da Rua Teixeira Franco nº 108 e da Rua Itajubara nºs 54, 66, 78 e 92, à esquerda 100,50m, junto à Rua Teixeira Franco nº 96, e nos fundos 29,29m junto aos terrenos da Rua Itajubara nº 92 e da Rua Professor Laço nº 417. Tudo de conformidade com a Matrícula Nº 60.932-A do Cartório do Sexto Serviço Registral de Imóveis - Castelo/RJ.
Anterior adquirente fiduciante (ex-mutatório): Sra. **FERNANDA GALDINO BARBOSA RIVERO**, militar, CI nº 10.608.025-2 DETRAN/RJ, expedida em 30/03/2006, CPF nº 084.208.927-69, filha de José André Barbosa e Lindalva Galdino Barbosa, e seu esposo LEONARDO RIVERO RIVERO, supervisor de vendas, CI nº 09.914.614-4 IFF/RJ, expedida em 09/04/1991, CPF nº 029.269.477-63, filho de João Rivero Rivero e Maria Lucia Alves de Menezes Rivero, Brasileiros, casados pelo regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, realizado em 15/06/202, residentes e domiciliados na Rua Teixeira Franco, Nº 102, Bloco 2 APT 204, RAMOS, RIO DE JANEIRO/RJ, CEP:21060130.
1º leilão valor mínimo de venda: R\$228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), 2º leilão valor mínimo de venda: R\$300.519,60 (Trezentos mil, quinhentos e dezesseis reais e sessenta centavos), acrescidos de atualização até a data do leilão.
Dados dos leilões Públicos: 1º Leilão Público dia 17/03/2023, 2º Leilão Público dia 24/03/2023, ambos os leilões será às 11:00 horas.
Local: Os leilões serão realizados exclusivamente ONLINE no site do leiloeiro: <https://www.paulobotelhoileiro.com.br/>
Condições do leilão: a) o arrematante pagará no ato (A VISTA) o valor do arremate acrescido da comissão do leiloeiro (5%); b) o imóvel é vendido no estado em que se encontra, de: legalização, manutenção, conservação e ocupação; c) cabem ao arrematante as providências e despesas de transferência de propriedade e registro em Cartório, assim como de quaisquer débitos inclusive junto a Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Condomínio. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.
Observação: Qualquer que seja o resultado dos leilões ficará extinta a dívida decorrente da operação de alienação fiduciária com o anterior adquirente fiduciante, observando o disposto no art. 27 e parágrafos da Lei 9.514/97.
Informações com o Leiloeiro: Avenida Rio Branco, 151 grupo 502 Centro - Rio de Janeiro - RJ, (21) 2508-7007 / (21) 2509-2147, (21) 98562-9550, paulobotelhoileiro@gmail.com.
N&N Assessoria e Consultoria Empresarial SS LTDA 61-3223-2205 ou 61-9.8434-4438 e com a POUPEX 61-3314-7753.
Rio de Janeiro/RJ, 15 de fevereiro de 2023.
PAULO ROBERTO ALVES BOTELHO
LEILOEIRO

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA IMPÉRIO SERRANO
CNPJ 28.640.225/0001-21
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Senhor Presidente do Conselho Deliberativo, **Wanderley Manzano**, o Senhor Presidente do Conselho Fiscal, **Nilton Fernandes Pereira**, e o Presidente do Conselho Diretor, **Sandro Avelar**, do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano, conforme determina o artigo 32, "A", "B" e "C" c/c artigo 31, II, alíneas "A" do Estatuto Social, convoca o corpo social apto a participar de assembleia geral do **GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA IMPÉRIO SERRANO**, conforme determina o art. 20 c/c art. 10, alíneas "A", "B", "C" e "E" e parágrafo oitavo do Estatuto Social, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** a realizar-se na Avenida Ministro Edgar Romero 114, Madureira, Rio de Janeiro, no dia 26 de março de 2023, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **1)** Eleição do Conselho Diretor e Conselho Deliberativo, para o triênio 2023/2026; **2)** Eleição do Conselho Fiscal, para o triênio 2023/2026; **3)** Assuntos Gerais. A votação terá início às 09 horas em primeira convocação e encerramento às 17 horas, sempre respeitando as normas estatutárias. Todas as chapas concorrentes deverão ser inscritas na sede do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano, na forma contida no art. 34, parágrafo único c/c artigo 35, parágrafos 1º, 2º e 3º c/c artigo 36 e artigo 37, I, alíneas "A", "B", "C" e "E", alíneas "A", "B", "C", "D" e "E" do Estatuto Social. Caso tenha uma única chapa inscrita, a votação poderá ser feita por **processo simbólico** ou por **aclamação**, conforme determina o art. 34, parágrafo único do Estatuto Social. Havendo votação, será instalada urna fixa. Neste caso, haverá rigor na higienização da urna, mesários e demais pessoas envolvidas, garantindo uma votação segura, sem gerar aglomeração. **Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. Wanderley Manzano - Presidente do Conselho Deliberativo G.R.E.S. Império Serrano. Nilton Fernandes Pereira - Presidente do Conselho Fiscal G.R.E.S. Império Serrano. Sandro da Silva Avelar - Presidente do Conselho Diretor G.R.E.S. Império Serrano.**

CONCESSIONÁRIA RIO - TERESÓPOLIS S.A.

CNPJ Nº 00.938.574/0001-05
NIRE Nº 3330016228-3 - REG. CVM Nº 01920-8 - Companhia Aberta
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de março de 2023. Hora, Data e Local: às 8:00 horas do dia 03 de março de 2023, na sede social, na Rua do Passeio, 38, 15º andar, sala 1538 - Centro, - Rio de Janeiro - RJ. **Convocação:** Dispensada a publicação do edital de convocação conforme previsto no § 4º, art. 133 da Lei nº 6.404/76. **Presença:** Presentes à Assembleia os acionistas detentores de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais classe A. **Mesa:** Presidente: Genilson Silva Melo; Secretário: Carlos Eduardo Soares de Menezes. **Ordem do Dia:** Alterar o jornal de local de publicação dos atos da Companhia, conforme § 3º do artigo 289 da Lei nº 6.404/76, em função do encerramento do contrato de concessão, onde demandou a redução dos custos da Companhia, resultando na cotação de novos veículos de comunicação. **Deliberações Tomadas:** (i) Aprovar a troca do jornal de grande circulação em que a Companhia publica seus atos, conforme determinado pela Lei nº 6.404/76 e pela regulamentação da Comissão de Valores Imobiliários, que a partir da presente data passa a ser o jornal "Diário Comercial". A alteração foi ratificada pelos acionistas presentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada, lida e aprovada a presente ata de Assembleia Geral Extraordinária. Rio de Janeiro, 03 de março de 2023. Genilson Silva Melo - Presidente; Carlos Eduardo Soares de Menezes - Secretário.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE DIAS O MM JUIZ DE DIREITO, DR.(A) CRISTINA DE ARAUJO GOES LAJCHTER - JUIZ TITULAR DO CARTÓRIO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA IGUAÇU, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Dr. Mário Guimarães, 968 CEP: 26255-230 - da Luz - Nova Iguaçu - RJ e-mail: nio06vici@tjrr.jus.br, tramitam os autos da Classe/ Assunto Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária, de nº 0094195-96.2016.8.19.0038, movida por **BANCO ITAUCARD S/A** em face de **LENIC PEREIRA DA SILVA**, objetivando Citar o réu.. Assim, pelo presente edital CITA o réu **LENIC PEREIRA DA SILVA**, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Nova Iguaçu, Vinte e três de agosto de dois mil e vinte e dois. Eu, Giovana Milene dos Santos Lima - Estagiário - Matr. 120000034540, digitei. E eu, Benjamin Peixoto Esmeraldino - Chefe de Serventia - Matr. 01/23853, o subscrevo.

CHAMI EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ Nº 34.125.641/0001-94
CONVOCAÇÃO: Convocamos os srs. acionistas para se reunirem em AGO/E, que será realizada no dia 27/03/2023 às 8 hrs, na Av. Vieira Souto, 320, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1 - Prestação de Contas dos Administradores, Relatórios e Demonstrações em 31/12/2022; 2 - Destinação dos Resultados; 3 - Assuntos gerais. Comunicamos que se encontram à disposição dos srs. Acionistas, na sede social os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76 relativo ao exercício encerrado em 31/12/2022, bem com a mudança na publicação das demonstrações financeiras na central de balanços e em seu Diário Comercial. Rio de Janeiro, 06/03/2023 - A Diretoria.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE DIAS O MM JUIZ DE DIREITO, DR.(A) DENISE DE ARAUJO CAPIBERIBE - JUIZ TITULAR DO CARTÓRIO DA 3ª VARA CÍVEL DA REGIONAL DA LEOPOLDINA, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Rua Filomena Nunes, 1071 sala:508 CEP: 21021-380 - Olaria - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3626-4272/4271 e-mail: leo03vici@tjrr.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Monitoria Contratos Bancários / Direito Civil, de nº 0037472-89.2017.8.19.0210, movida por **BANCO BRADESCO SA** em face de **LEVYR DE OLIVEIRA FERREIRA**, objetivando CITAÇÃO DO RÉU: **LEVYR DE OLIVEIRA FERREIRA** para que pague a importância reclamada constante da inicial, identificando-a de que lhe é concedido o prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando, entretanto, isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo (Art. 701 caput e parágrafo 1o do CPC). Advertir-se a parte ré que, não se realizando o pagamento e não apresentados embargos previstos no Art.702 do CPC, o presente mandado converte-se-á em mandado executivo, prosseguindo-se na forma prevista na lei.. Assim, pelo presente edital CITA o réu **LEVYR DE OLIVEIRA FERREIRA**, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, treze de fevereiro de dois mil e vinte e três. Eu, Patricia Campos Cerqueira Subst. do Resp. pelo Expediente Matr. 01/29552, digitei. E eu, Eliane Cassia Souza da Silva - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/14547, o subscrevo.

CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ Nº 00.938.574-0001-05
NIRE Nº 3330016228-3 / REG. CVM Nº01920-8
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de março de 2023. Hora, data e local: às 11 horas do dia 01 de março de 2023, na sede social, na Rua do Passeio, 38, 15º andar, sala 1538 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. **Convocação:** Dispensada a publicação do edital de convocação conforme previsto no § 4º, art.133 da Lei nº 6.404/76. **Presença:** Presentes à Assembleia os acionistas detentores de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais classe A. **Mesa:** Presidente: Genilson Silva Melo; Secretário: Carlos Eduardo Soares de Menezes. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração da estrutura da Diretoria da Companhia. **Deliberações tomadas:** (i) Aprovar a alteração da estrutura da Diretoria da Companhia, com consequente alteração do artigo 29 ao artigo 34, Seção II, do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo I; (ii) Os Acionistas ora deixam consignado que as deliberações constantes dos itens acima foram aprovadas (a) pelos Debenturistas em Assembleia Geral realizada em 03/2023; (iii) Em decorrência da deliberação constante no item acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social conforme a redação disposta no Anexo I da presente ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada, lida e aprovada a presente ata de Assembleia Geral Extraordinária. Rio de Janeiro, 01 de março de 2023. Genilson Silva Melo - Presidente; Carlos Eduardo Soares de Menezes - Secretário.

COVELI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ Nº 33.927.419/0001-42 - NIRE: 33.200.12221-2
Reunião de Sócios - Edital de Convocação. Na forma dos artigos 1.072, 1.074 e 1.152, §3º, do Código Civil, ficam convocados os senhores sócios da **COVELI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** ("Sociedade") a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 13 de março de 2023, às 9:00h, na sala de reuniões do escritório da Sociedade, localizada na Av. João Cabral de Melo Neto, 850, Bl 02, RJ, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo 3/4 do capital social, e em 2ª convocação, às 9:15h, com qualquer número, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: - Alteração do endereço da filial da Sociedade localizada no Espírito Santo para a seguinte localidade: Av. Setecentos, s/nº, Galpões 8 e 12, sala 8, ES, conforme minuta de alteração do contrato social circulada aos sócios por e-mail: - Designação/eleição dos administradores não sócios **LUIS WAGNER DOS SANTOS ARAUJO** e **MARILANDES OLÍMPIA DA SILVA**, para representação da sociedade em todos os fins de direito, sempre de forma conjunta. Rio de Janeiro, 02 de março de 2023. **Sérgio Alves Dias - Sócio administrador.**

CONCESSIONÁRIA RIO - TERESÓPOLIS S.A.

CNPJ Nº 00.938.574/0001-05
NIRE Nº 3330016228-3 - REG. CVM Nº 01920-8 - Companhia Aberta
Aviso aos Acionistas. A Concessionária Rio Teresópolis S.A ("CRT") comunica aos senhores acionistas, investidores e ao mercado em geral que foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de março de 2023, a alteração do jornal de grande circulação para as publicações legais da Companhia, Jornal Valor Econômico, em função de novas cotações realizadas na Companhia, passando a ter como veículo de publicação de seus atos societários o Jornal Diário Comercial, com efetividade imediata após a publicação deste aviso. Rio de Janeiro, 03 de março de 2023. Carlos Eduardo Soares de Menezes - Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

CITY ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ.:35.872.605/0001-57
RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
Recebeu do Município de Paracambi-RJ, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADES, em face ao Processo Administrativo Nº 993/2023, a AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AA de Nº 01/2023, com validade até 03/03/2024, para a execução dos serviços de manutenção, recuperação e sinalização das trilhas e revitalização do Bosque do Parque Natural Municipal do Curio - PNMC, na cidade de Paracambi-RJ.

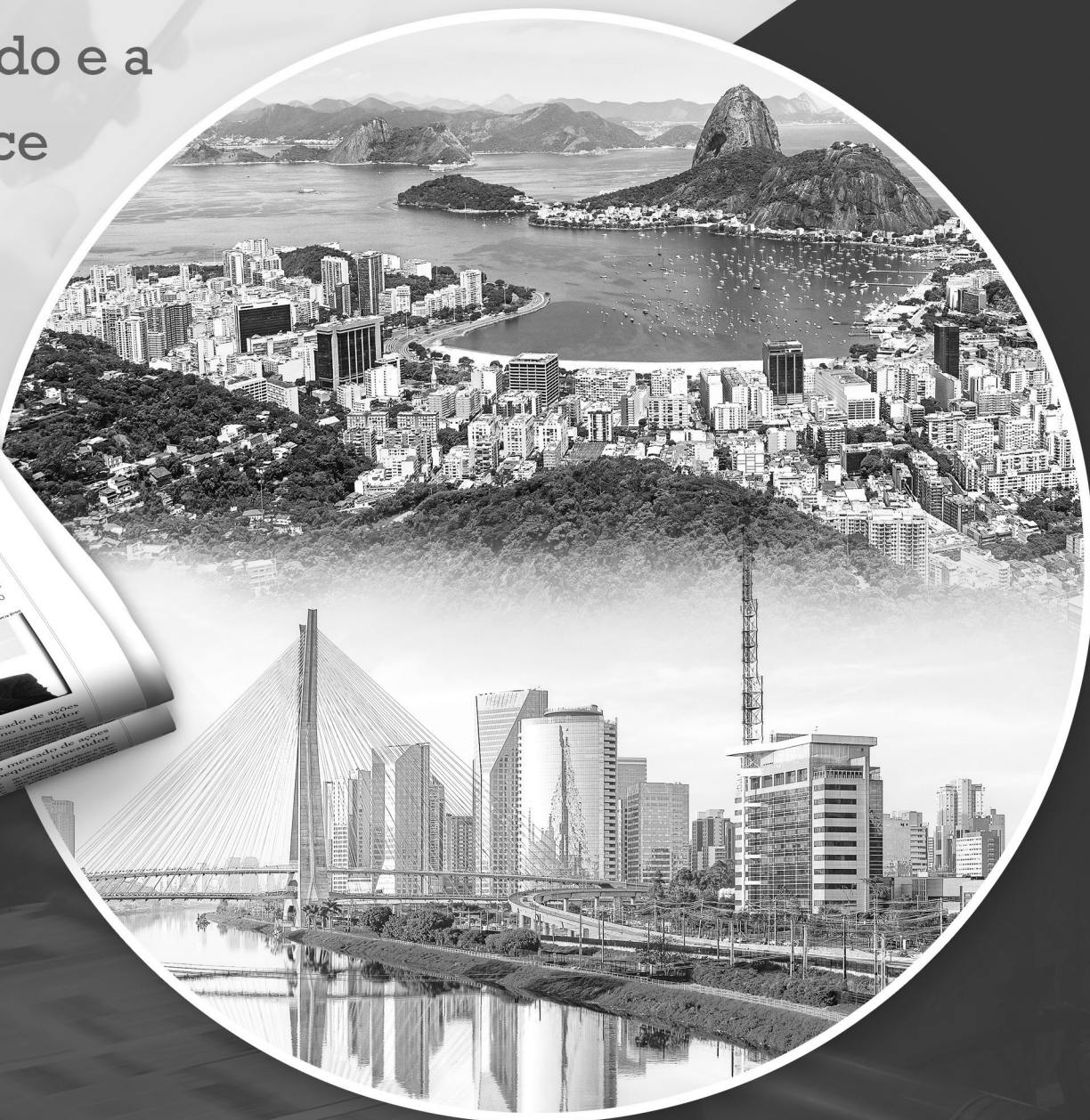
COMPANHIA AMÉRICA FABRIL - EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ 33.615.956/0001-57

Relatório da Administração. Em cumprimento às exigências legais e estatutárias, estamos apresentando as demonstrações financeiras do exercício de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, bem como as demonstrações exigidas pela legislação vigente. A atual administração do processo liquidatário assumiu as funções no dia 10/06/2008, em decorrência da substituição do liquidante determinada por AGE da mesma data. Tendo em conta que a quase totalidade do ativo é composto por imóveis, todos em litígio, discutindo-se em juízo o domínio da propriedade onde os atuais ocupantes buscam a declaração judicial de usucapião, a principal estratégia da sociedade é retomar judicialmente o domínio desses bens de forma a possibilitar sua alienação. Paulo Eurico Paz Tatsch - Liquidante.

Balanco Patrimonial Comparativo de 31/12/2022 e 31/12/2021 - Em Reais. Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em Reais. Demonstração de Resultado comparativa de 31/12/2022 e 2021 - Em Reais. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2022 e 2021.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2022 e 2021 - Em Reais. Nota 01 - Procedimentos Contábeis. Principais procedimentos contábeis adotados pela Companhia. a) No que se aplicam às empresas em liquidação, as demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas, conforme dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6404/76) e demais disposições legais em vigor. b) Os valores apresentados no Ativo Permanente e no Patrimônio Líquido estão atualizados monetariamente, sendo os efeitos da correção monetária considerados até 31/12/1995, tendo em vista a Lei nº 9249 de 26/12/95, que extinguiu a correção monetária a partir do exercício de 1996. c) As depreciações da Companhia foram calculadas pelo método linear de conformidade com a legislação vigente. Nota 02 - Outros Créditos a Receber - Desapropriação INCRA. Valor contábil (aquisição e correções) de R\$ 237.082,90 da área de 535 hectares desapropriada pelo INCRA no ano de 1974 cujo valor da indenização (encontra-se em discussão no Judiciário). Trata-se do processo nº 0211957-50.1900.4.02.5101 da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, cujo valor da indenização, calculado pela contabilidade judicial até 23/02/1989, atinja a cifra de NCZ\$ 260.713,76. Estimamos que o valor (sub judice) atualizado até dezembro de 2022 deverá atingir aproximadamente R\$ 11.323.772,38 incluídos os juros estipulados na sentença condenatória, a depender da atualização a ser realizada pela Contadoria do Juízo. Nota 03 - Depósitos Judiciais. O valor da rubrica refere-se aos bloqueios judiciais na conta corrente do Banco do Brasil Agência 392-1 Conta 117522-0. Nota 04 - Ativo Permanente. Em investimentos Imobiliários registra-se R\$ 3.826.392,15 - correspondente ao valor contábil dos imóveis situados no Rio de Janeiro (RJ), no bairro do Jardim Botânico e outros, em sua maioria tombados pelo Município do Rio de Janeiro, todos em litígio, ocupados por possuidores e objeto de ações possessórias na Justiça Federal e Estadual. Por falta de recursos não se tem avaliação do valor de mercado desses imóveis. Nota 05 - Receitas de Exercício Futuros. As receitas auferidas com aluguel do imóvel localizado na Rua Caminho nº 11, Jardim Botânico/RJ. Nota 06 - Capital Social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 1989, foi aprovada a efetivação da compulsória correção monetária do capital, mediante o acréscimo de CR\$ 3.551.371, passando o Capital Social para CR\$ 3.986.233, que ficou representado por 136.749 ações ordinárias, de valor nominal de CR\$ 29,15 cada uma. Esse capital em face de mudança do padrão monetário nacional passou a representar o valor de R\$ 1,44. Há, todavia, saldo de correção monetária do Capital Social no valor de R\$ 9.566.286,17 como Reserva de Capital a ser incorporada quando da realização da Assembleia. Nota 07 - Contingências Passivas. Reconhecimento de débitos em Dividas Ativas da União e Município do Rio de Janeiro-RJ. Em 31/12/2022 estão detalhadamente nos itens 71; 72; 73 e 74. Os débitos de Foro e IPTU referem-se, em sua maior parte, a imóveis que não mais pertencem à Cia., e que constam como sendo de sua responsabilidade de cadastros de contribuintes (Prefeitura e SPU) e/ou nos cartórios de registros imobiliários. Por estarem inscritas nas Dividas Ativas, foram reconhecidos contabilmente conforme a inteligência do art. 204 do CTN. 71 - Dívida de Foro/Fazenda Nacional. Reconhecimento das Dividas, (Foro/PGFN/SPU no valor de R\$ 20.749.461,00; 72 - Dívida de IPTU - Fazenda Municipal-RJ. Reconhecimento das dividas (IPTU) no valor de R\$ 3.837.760,92; 73 - Dividas referentes a IRPJ, CSLL e COFINS de diversos exercícios inscritas em Dívida Ativa da União no valor de R\$ 22.935,03; 74 - Dívida Decisão Judicial Processo 50531-78.20068.19.0001 no valor de R\$ 300.000,00; 75 - Com o reconhecimento do passivo representado pelas dividas ativas (Fazenda Nacional, Municipal-RJ e por Decisão Judicial), acrescido dos custos de manutenção mensal e mais as provisões de contas a pagar, o Patrimônio Líquido da Companhia acumula saldo NEGATIVO de (R\$ 22.759.074,54). Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Imos. Srs. Administradores da Companhia América Fabril - em Liquidação. Rio de Janeiro - RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia América Fabril - Em Liquidação, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia América Fabril - em liquidação, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Por ser independente em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis ou nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentado para fins comparativos, foram por WINSTON VENTURA DE SOUZA-CONTADOR, anteriormente auditados, com emissão do Relatório dos Auditores Independentes em 25 de março de 2022 "sem ressalvas". Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou necessários para emitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter e continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança com respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023. Winston Ventura de Souza - Contador/Auditor - CRC/RJ 051430/O-6. Inscrito no CPF/MF 039.588.257-53.

No Diário Comercial você tem a certeza do melhor custo-benefício do mercado, um atendimento personalizado e a experiência de quem conhece Publicidade Legal.



- Atas
- Avisos
- Balancos
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes



ACÚMULO DE SUJEIRA

Prefeitura de SP propõe multa maior por descarte inadequado de entulho

Projeto de Lei enviado à Câmara Municipal da capital paulista eleva de R\$ 500 para R\$ 25 mil a multa para quem depositar entulho terra e resíduos de massa acima de 50 quilos em áreas e logradouros públicos

A Prefeitura de São Paulo enviou à Câmara Municipal um projeto de lei que eleva de R\$ 500 para R\$ 25 mil a multa para quem depositar entulho, terra e resíduos de massa acima de 50 quilos em áreas e logradouros públicos, como ruas e avenidas. Ainda de acordo com a administração municipal, a proposta estabelece aumento nas multas também para outras infrações, como acumular resíduos sólidos domiciliares em locais não autorizados pelo poder público.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) vem sofrendo críticas frequentes diante do acúmulo de sujeira em vários pontos da cidade e outros problemas de zeladoria. A nova gestão da Subprefeitura da Sé, por exemplo, disse que o lixo é o principal problema da região central e prometeu priorizar ações nesse setor.

“O objetivo do projeto de lei é evitar condutas que podem causar maiores danos à saúde da população, atrapalhem o trabalho de limpeza pública e foi pensado como forma educativa de conscientização para um problema que se agrava cada vez mais na cidade”, disse a Prefeitura.

Para quem deposita resíduos nos chamados “bota-fora”, encostas, corpos de água, lotes vagos, passeios, vias e outras áreas públicas e em áreas protegidas por lei, a multa passará de R\$ 500 para R\$ 25 mil por dia.

“Em épocas de chuvas, como a que estamos passando, o problema se agrava enormemente com os entulhos e lixos depositados irregularmente, que acabam entupindo bueiros e córregos atrapalhando a vida de todos os munícipes”, disse Nunes.

Segundo o líder do governo na Câmara, o vereador Fábio Riva (PSDB), a aprovação do

projeto de lei será tratada com prioridade pela Casa. “É mais que urgente punir com mais rigor quem contribui de maneira criminoso como a agravamento das enchentes, por meio de descarta irregular, principalmente no caso de grandes obras geradoras de entulhos”, afirma Riva.

O projeto de lei deverá passar pela apreciação das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Administração Pública nesta semana, com expectativa que já seja submetido a uma primeira votação. Em seguida, estão previstas duas audiências públicas. A segunda votação deve ocorrer até o fim

de março.

As infrações que terão aumento nas multas caso o projeto seja aprovado são: acúmulo de resíduos sólidos domiciliares em locais não autorizados pelo poder público - R\$ 50 para R\$ 2 mil; acondicionamento de materiais explosivos, tóxicos ou perfurantes não protegidos por invólucros - R\$ 400 para R\$ 1,5 mil; uso e instalação de incinerador para queima de resíduos quando não permitidos por legislação própria - R\$ 500 para R\$ 2 mil; limpeza do local deverá ser concluída após a conclusão da obra - R\$ 50 por dia para R\$ 2 mil por dia; depositar quaisquer

materiais e objetos em áreas e logradouros públicos - R\$ 500 para R\$ 3 mil; depositar entulho, terra e resíduos de massas maior que 50 quilos em áreas e logradouros públicos - R\$ 500 por dia para R\$ 25 mil por dia, veículos por mais de 5 dias consecutivos ou material de construção por mais de 2 dias consecutivos - R\$ 25 mil, lançar ou atirar resíduos em área ou logradouro público - R\$ 500 para R\$ 2 mil, despejar água servida/tinta/óleo na via pública - R\$ 500 para R\$ 2 mil e morador ou responsável não proceder a limpeza da via durante carga ou descarga (apreensão) - R\$ 750 para R\$ 3 mil.

GORILA PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 43.684.460/0001-99 - NIRE 35.237.415.070 (“Sociedade”)
Ata de Deliberação de Sócio. Data, hora e local: Aos 06 dias do mês de março de 2023, às 10 horas, na sede na Sociedade, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Carlos de Melo, 1336, 4º andar, Vila Olímpia, CEP: 04548-004. **Convocação e presença:** Dispensada a publicação e outras formalidades, uma vez presente o único sócio representando a totalidade das quotas de capital social da Sociedade, conforme §2º do art. 1.072, do Código Civil, para tratar da ordem do dia adiante definida, a saber: **BLANKA CAPITAL** LLC, sociedade de responsabilidade limitada, devidamente constituída e validamente existente sob as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede nos Estados Unidos da América, na Cidade de Dover, Condado de Kent, Estado de Delaware, na Walker Road, Suite C, 874, código postal 19904, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.054.794/0001-96, neste ato representada por seus administradores Guilherme Soares da Costa Assis, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.061.815-3, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 221.062.768-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Nigéria, 99, Vila Nova Conceição, CEP 04538-020, e Leo Roberto Kalim, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 11.111.455-X, e inscrito no CPF/MF sob o nº 293.582.268-46, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, na Rua Fernandes de Abreu nº 9, apto. 32, Itaim Bibi, CEP 04543-070 (“Blanka Capital”), acima qualificadas. **Mesa:** À mesa da presente reunião foi composta pelo Sr. Guilherme Assis e pelo Sr. Leo Kalim, que exerceram, respectivamente as funções de Presidente e Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões reais) para R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), em razão deste ter se mostrado excessivo, o que resultará na devolução de capital para o sócio que já integralizou a totalidade das suas quotas subscritas. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, o sócio deliberou em reduzir o capital social da Sociedade de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões reais), divididos em 40.000.000 (quarenta milhões) de quotas, com valor unitário nominal de R\$1,00 (um real), para R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), divididos 40.000.000 (quarenta milhões) de quotas, com valor unitário nominal de R\$0,6250 (seis mil duzentos e cinquenta milésimos de centavos de real), em razão do atual capital social da Sociedade ter se demonstrado excessivo frente ao objeto social da Sociedade. O sócio aprova também que, em razão da redução do capital aprovada, ocorrerá a devolução de capital no montante de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em seu favor. A alteração do contrato social da Sociedade, efetivando a redução do capital ora aprovada, será realizada e levada a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP após o transcurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de publicação desta ata, conforme determinado no §1º do art. 1.084, do Código Civil Brasileiro. **Publicações:** Informou o Sr. Presidente que a ata desta Deliberação de Sócio é lavrada e aprovada pelo único sócio da Sociedade para posterior publicação, sendo certo que a proposta de publicação desta ata foi integralmente aprovada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata, uma vez reabertos foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **Blanka Capital, LLC**, representada por: **Guilherme Soares da Costa Assis** - Administrador; **Leo Roberto Kalim** - Administrador. Visto do Advogado Responsável: José Carlos Rosa - OAB/SP 252.057.

J&T Express Brazil Ltda.

CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070

Edital de Convocação

Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da **J&T EXPRESS BRAZIL LTDA.** (“Sociedade”), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), convoca os sócios da Sociedade para a **Reunião dos Sócios**, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, **em primeira convocação, no dia 15 de março de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h**, para tratar da seguinte ordem do dia: (I) Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: (a) Município de Porto Seguro, Estado da Bahia, Rua Dona Candi, nº 61, Loja 1, Pacata, CEP 45810-000; (b) Município de Itapeturu Mirim, Estado do Maranhão, Avenida Professor Antonio Olívio Rodrigues, nº 15, Lote 49, Quadra 1, CEP 65485-000; (c) Município de Itaituba, Estado do Pará, na Travessa das Esmeraldas Campo Belo, nº 250, Quadra 43, Lote 13, Campo Belo, CEP 68182-410; (d) Município de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, na Rodovia BR-135 Presidente Dutra, S/N, Centro, CEP 65760-000; (e) Município de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Ervino Anuschek, nº 45, Jardim Primavera, CEP 99400-000; (f) Município de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Horizontina, nº 201, Rondônia, CEP 93320-3370; (g) Município de Itapema, Estado de Santa Catarina, Rua 244, nº 431, Meia Praia, CEP 88220-000; (h) Município de Barbaena, Estado de Minas Gerais, na Avenida Governador Bias Fortes, nº 1.077, São Pedro, CEP 36200-970; (i) Município de Valparaíso, Estado do Goiás, na Rua 6, S/N, Quadra 13, Lote 25, Parque Rio Branco, CEP 72870-067; (j) Município de Colatina, Estado de Espírito Santo, na Rua São Pedro, nº 310, Quadra 14, Lote 10, Mário Giurizzatto, CEP 29706-564; (k) Município de Almenara, Estado de Minas Gerais, na Avenida Olindo de Miranda, nº 2.006, Parque São João, CEP 39900-000; (l) Município de Iguatu, Estado do Ceará, na Avenida Doutor José Holanda Montenegro, nº 417, Veneza, CEP 63504-392; (m) Município de Irali, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Centro, CEP 84500-009; (n) Município de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais, na Rua Doze, nº 384, Loja 2, Jardim Verona, CEP 33821-035; (o) Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Avenida Rute de Souza Silva, nº 603, Distrito Industrial, CEP 78557-515; e, (m) Município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, na Avenida Governador Ozanan Coelho, nº 917, Galpão 02, Santo Antônio, CEP 36576-052. (II) Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima.

São Paulo - SP, 07 de março de 2023. **QIANG WANG** - Diretor Presidente

J&T Express Brazil Ltda.

CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070

Edital de Convocação

Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da **J&T EXPRESS BRAZIL LTDA.** (“Sociedade”), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), convoca os sócios da Sociedade para a **Reunião dos Sócios**, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, **em primeira convocação, no dia 13 de março de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h**, para tratar da seguinte ordem do dia: (I) Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: (a) Município de Bom Jesus da Bahia, Estado da Bahia, na Rua Inês Pereira de Souza, nº 527, São João, CEP 47600-000; (b) Município de Chapadina, Estado do Maranhão, na Rodovia MA-230 KM 5, S/N, Boa Vista, CEP 65500-000; (c) Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, na Avenida Almerindo Rehem, nº 180, Pau Miúdo, CEP 48500-000; (d) Município de Rio Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Marechal Deodoro, nº 26, Centro, CEP 89160-021; (e) Município de Barbacena, Estado de Minas Gerais, na Avenida Governador Bias Fortes, nº 1.077, São Pedro, CEP 36200-970; (f) Município de Colatina, Estado de Espírito Santo, na Rua São Pedro, nº 310, Quadra 14, Lote 10, Mário Giurizzatto, CEP 29706-564; (g) Município de Valparaíso, Estado do Goiás, na Rua 6, S/N, Quadra 13, Lote 15, Parque Rio Branco, CEP 72870-067; (h) Município de Quixeramobim, Estado do Ceará, Rua Cleonides Siqueira, nº 1.480, Vila São Paulo, CEP 63800-000; (i) Município de Porto Seguro, Estado da Bahia, Rua Dona Candi, nº 61, Loja 1, Pacata, CEP 45810-000; (j) Município de Almenara, Estado de Minas Gerais, na Avenida Olindo de Miranda, nº 2.006, Parque São João, CEP 39900-000; (k) Município de Iguatu, Estado do Ceará, na Avenida Doutor José Holanda Montenegro, nº 417, Veneza, CEP 63504-392; (l) Município de Irali, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Centro, CEP 84500-009; (m) Município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, na Avenida Trinta e Um de Março, nº 1.346, Loja C, Colonial do Marçal, CEP 36302-016; (n) Município de Araguaiana, Estado do Tocantins, na Rua Tocantínopolis, nº 22, Quadra E, Lote 10, Setor 137, Loteamento São Francisco, CEP 77823-350; (II) Deliberar sobre a alteração do endereço das seguintes filiais da Sociedade: (a) filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.584.754/0124-35 e NIRE 41901986023, localizada na Cidade Londrina, Estado do Paraná, na Rua Antônio Piovezan, nº 385, Alpes, CEP 86075-142; (b) para a mesma Cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Antônio Piovezan, nº 385, Alpes, CEP 86075-142; e, (c) filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.584.754/0136-79 e NIRE 13820013164, localizada na Cidade Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Santa Cruz, nº 130, Flores, CEP 69058-305, para a mesma Cidade Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Santa Cruz, nº 330, Flores, CEP 69058-305. (III) Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima.

São Paulo - SP, 03 de março de 2023. **QIANG WANG** - Diretor Presidente

Minas Gerais

IMUNIZAÇÕES

Baixa cobertura vacinal contra HPV favorece casos preveníveis de câncer

Sete em cada dez casos de câncer de colo de útero são causados por um vírus contra o qual existe vacina disponível gratuitamente no Sistema Único de Saúde. Esse vírus é o papilomavírus humano (HPV), que também causa nove em cada dez casos de câncer de ânus e está relacionado a neoplasias malignas no pênis, vagina, vulva, boca e garganta.

Mesmo com tantas evidências do perigo que representa estar desprotegido contra essa infecção sexualmente transmissível (IST), o Programa Nacional de Imunizações (PNI) constatou queda na proteção do público-alvo dessa vacina no ano passado.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde em 21 de fevereiro, 87,08% das meninas brasileiras entre 9 e 14 anos de idade receberam a primeira dose da vacina em 2019, e em 2022, a cobertura caiu para 75,81%. Entre os meninos, a cobertura vacinal caiu de 61,55%, em 2019, para 52,16%, em 2022.

O ministério informou que, entre as meninas, a cobertura da vacina contra o HPV, em 2022, alcançou 77,37% na primeira dose, e 58,29%, na segunda dose. Entre os meninos, 56,76% receberam a primeira dose, e apenas 38,39%, a segunda.

Infectologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto I'Dor, José Cerbino Neto explica que poucos dos

mais de 100 tipos de HPV são relacionados ao câncer, e os tipos 16 e 18 são os mais perigosos.

Indicada no Sistema Único de Saúde (SUS) para adolescentes de 11 a 14 anos e pessoas com situações específicas da saúde, a vacina contra o HPV protege contra esses dois tipos e também contra duas cepas responsáveis por verrugas genitais. Além do público-alvo do PNI, pessoas de até 45 anos podem obter a vacina em clínicas privadas de imunização, segundo autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

“Se entende que a vacinação nessa população de 11 a 14 anos vai ter um maior impacto, porque essas pessoas estarão vacinadas desde antes de iniciar sua vida sexual. Mas para qualquer pessoa não vacinada até 45 anos, há um benefício com a vacinação”, destaca o pesquisador.

“A vacina tem a capacidade de proteger as pessoas da infecção sexualmente transmissível, e, em última análise, protegê-las de um câncer que elas poderiam vir a desenvolver”.

Pessoas que vivem com HIV/aids, transplantados de órgãos sólidos, de medula óssea ou pacientes oncológicos na faixa etária de 9 a 45 anos também podem ser vacinados gratuitamente no SUS, em algum centro de referência de imunobiológicos especiais,

com o esquema de três doses.

As estimativas do Ministério da Saúde dão conta de que cerca de metade de todas as mulheres diagnosticadas com câncer do colo de útero têm entre 35 e 55 anos de idade e muitas, provavelmente, foram expostas ao HPV na adolescência ou na faixa dos 20 anos de idade.

Apesar de ser associado a casos de câncer, a grande maioria dos casos de infecção pelo HPV não evolui dessa forma. Em grande parte dos casos, o próprio sistema imunológico se encarrega de combater o vírus antes do surgimento de sintomas.

Segundo o Ministério da Saúde, os primeiros sintomas podem aparecer de dois a oito meses após a infecção pelo HPV, mas continuam a existir chances mesmo duas décadas após o contato. As manifestações sintomáticas são mais comuns em gestantes e em pessoas com imunidade baixa. O vírus pode causar lesões visíveis e invisíveis a olho nu, e a manifestação mais frequentes são verrugas na região genital ou anal. Essas verrugas, em geral, estão associadas aos tipos não cancerígenos de HPV.

Cerbino destaca que a maioria da população adulta vai ser infectada pelo HPV em algum momento da vida. Como os tipos do vírus associados ao câncer são os que provocam lesões mais graves,

eles são os mais frequentemente diagnosticados e testados laboratorialmente, o que não significa que sejam os que mais circulam.

“Eles são os mais identificados por serem os que causam mais doenças”, destaca. “Como existe mais de um subtipo, há benefícios em tomar a vacina para quem já teve o HPV, porque você estaria aumentando sua proteção contra uma eventual nova infecção, embora isso não seja comum”.

O Ministério da Saúde e o Instituto Nacional de Câncer (Inca) citam estudos internacionais que apontam que chega a 80% o percentual de mulheres sexualmente ativas que terão contato com um ou mais tipos de HPV em algum momento de suas vidas, e essa porcentagem pode ser ainda maior em homens. Pesquisadores que se debruçam sobre o tema estimam que entre 25% e 50% da população feminina e 50% da população masculina mundial esteja infectada por HPV.

Para o infectologista da Fiocruz, campanhas antivacina e boatos se somam à dificuldade de mobilizar a faixa etária alvo da vacinação como alguns dos obstáculos a uma cobertura maior para a imunização contra o HPV.

“O nosso calendário vacinal tem vacinas recomendadas para todas as faixas etárias, mas a nossa cultura é vacinar as crianças. Então, o fato

de a vacina ser aplicada dos 11 aos 14 anos pode ter contribuído para a cobertura ter sido mais baixa”, avalia ele, que destaca que a vacina é segura e eficaz, além de ser aplicada em mais de 100 países.

O imunizante contra o HPV disponível no PNI e nas clínicas privadas até este ano é o quadrivalente, que protege contra quatro tipos do vírus, entre eles o 16 e 18, considerados mais perigosos. As clínicas privadas devem começar a aplicar nas próximas semanas uma nova versão da vacina, contra nove cepas, também incluindo o 16 e o 18 e mais cinco tipos de HPV de alto risco.

Responsável pelo setor de Imunização Humana do Ricket Medicina & Diagnóstico, Patrícia Rosa Vanderborcht explica que essa nova vacina vai aumentar a proteção contra o câncer de colo de útero e de outros tipos. A pesquisadora também destaca que a comunicação sobre a preven-

ção do HPV vem sendo muito restrita aos adolescentes, por causa das campanhas oficiais de vacinação, e às mulheres, por conta da prevenção do câncer de colo de útero.

“A incidência é muita alta, e homens não têm a cultura de ir ao médico e fazer exames como a mulher, que vai ao ginecologista. A gente observa muita falta de informação entre os homens, que acham que a vacina só é importante para mulheres”, alerta. “Outra população importante é a população LGBT. A gente tem conversado com os infectologistas sobre a necessidade de essa população ter ciência da prevenção e da incidência de câncer”.

Patrícia acrescenta que a vacinação contra o HPV na adolescência tem a vantagem de ser em esquema de apenas duas doses. Nas clínicas privadas, que vacinam o público adulto, a vacina passa a precisar de três doses.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS JUSTIÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA COMARCA DE SETE LAGOS / 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SETE LAGOS EDITAL DE CITAÇÃO COMARCA DE SETE LAGOS/MG - 2ª VARA CÍVEL - EDITAL COM PRAZO DE 30 DIAS. Saibam todos quantos o presente edital de CITAÇÃO virem, que perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Sete Lagoas, se processam os autos da Ação Monitória de nº 500338763.2016.8.13.0672, requerida por INVEST MINAS FACTORING LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ/MF sob o nº 10.887.509/0001-23, com sede na Avenida Dr. Antônio Chagas Diriz, 555, sala 10, Cidade Industrial, Contagem-MG, CEP: 32.210-160, neste ato, representada pelo seu sócio-gerente representante legal, JAMIL SARAIVA FRAIHA, carteira de identidade nº M-1.089.054 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 297.715.446-91, residente e domiciliado na Rua Conselheiro Robert Low, nº 482 Bairro São Bento, Belo Horizonte CEP: 30.350-710 em face de S/M FERREIRA - ME - CNPJ 14.388.239/0001-95. E, por este, faz CITAR MA FERREIRA - ME. CNPJ: 14.388.239/0001-95, na pessoa de seu representante legal, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento do débito no valor de R\$ 20.057,12 (vinte mil, cinquenta e sete reais e doze centavos), e honorários advocatícios de 05% do valor atribuído à causa, caso a parte ré o cumpra, ficando isenta das custas processuais. Fica a parte advertida de que, no mesmo prazo, poderá oferecer embargos, nos termos do art. 702 do CPC, ou reconhecer o crédito da parte autora e, comprovando o depósito de trinta por cento do débito, acrescido de custas e de honorários do advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (art. 701, §5º do art. 916) e não havendo cumprimento e não oferecidos embargos no prazo de cumprimento, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (CPC, art. 701, § 2º). Ficando advertido de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Para conhecimento especialmente da parte interessada, publica-se o presente edital 01 (uma) vez no Jornal Oficial - DJE, e 2 (duas) vezes no jornal local, Sete Lagoas, data da assinatura eletrônica. Célia Mara Fernandes Silva, Gerente de Secretária, o fiz digitar. Dr. Carlos Alberto de Faria, Juez do Direito. OAB/MG 127.013.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8A63-5CE2-8AA7-3434> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8A63-5CE2-8AA7-3434



Hash do Documento

80BC501D0F645808BF482E2754828344201EDC04AF916DE0F0FB4FFC90639F5D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
06/03/2023 22:11 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

